



AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A.  
Setor Comercial Norte Quadra 02, Bloco A, nº 190, 10º andar, sala 1002 - Edifício Corporate Financial Center, Brasília/DF, CEP 70712-900  
Telefone: (61) 3246-6200 e Fax: @fax\_unidade@ - www.abgf.gov.br

## EDITAL Nº 90001/2026

Processo nº 17909.000065/2026-71

### ÍNDICE

- 1) DO OBJETO
- 2) DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- 3) DO CREDENCIAMENTO
- 4) DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
- 5) DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
- 6) DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
- 7) DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA
- 8) DA HABILITAÇÃO
- 9) DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
- 10) DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA
- 11) DOS RECURSOS
- 12) DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
- 13) DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
- 14) DA GARANTIA DE EXECUÇÃO
- 15) DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO
- 16) DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA
- 17) DO PAGAMENTO
- 18) DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 19) DOS ANEXOS

### PREÂMBULO

**Tipo de Licitação:** PREGÃO ELETRÔNICO

**A partir da publicação no seguinte endereço eletrônico:** [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

#### Abertura da seção pública:

- **Data da abertura:** 04/05/2026
- **Horário:** 09:00 horas
- **Local:** [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)
- **Código da UASG:** 926397

A Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF, localizada no Setor Comercial Norte, Quadra 02, Bloco "A", Ed. Corporate Financial Center, 10º andar, Sala 1002 - CEP 70712-900, Brasília (DF), inscrita no CNPJ sob o nº [17.909.518/0001-45](http://www.cnpj.gov.br/17.909.518/0001-45), mediante a Pregoeira designada pela [Portaria nº 097, de 10 de setembro de 2024](#), torna público que realizará, na data, horário e local acima indicados, licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo "MENOR PREÇO", por regime de "EMPREITADA GLOBAL", objetivando a aquisição de servidores, visando modernizar o parque tecnológico da ABGF, conforme detalhamentos constantes neste Edital e anexos, consoante o Processo em epígrafe.

A presente licitação e consequente contratação serão regidas pelas seguintes normas: Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se o rito da modalidade "Pregão" previsto na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, por força de seu art. 189 c/c o inciso IV do art. 32 da Lei nº 13.303/16, juntamente com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, que disciplina sua forma "Eletrônica".

#### 1. DO OBJETO

1.1. O presente Pregão Eletrônico tem por objeto a contratação de empresa especializada em engenharia civil para a execução de reforma e adequação de espaço físico para alocação do Centro de Processamento de Dados - CPD, incluindo a implantação da infraestrutura de rede elétrica e lógica, na nova sede da ABGF, conforme as especificações constantes neste Edital e seus anexos.

1.2. A contratação em questão será dividida em 02 (dois) itens, sendo o **Item 01 relativo à prestação de serviços de engenharia civil para a execução da reforma**, e o **Item 02 relativo à construção do Centro de Processamento de Dados - CPD, incluindo a implantação da infraestrutura de rede elétrica e lógica**.

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Portal de Compras do Governo Federal (Compras Governamentais) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.



## **2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

2.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta do Programa de Dispêndios Globais - PDG 2026, sob a Rubricas Orçamentárias 2.107.010.200 - Móveis, Máquinas e Equipamentos e 2.107.010.310 - Aquisição de Equipamentos de Tecnologia da Informação.

2.2. Sempre que o prazo de duração do Contrato ultrapassar a vigência dos respectivos créditos orçamentários, será providenciada dotação orçamentária própria para cobertura do período subsequente.

## **3. DO CREDENCIAMENTO**

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

## **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. que sejam proibidos de participar de licitações e celebrar Contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que sejam estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.3. que se constituam em entidades empresariais que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, excepcionado, entretanto, o disposto no item 4.2.3.1, abaixo:

4.2.3.1. Entidades empresariais que estejam em recuperação judicial poderão participar, desde que apresentem certidão emitida pela instância judicial competente, afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;

4.2.4. que se constituam entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.5. que possuam vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com o Pregoeiro, com um dos membros da equipe de apoio, com o Presidente da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF, com um dos Conselheiros ou com qualquer funcionário em exercício nesta empresa. Será exigida declaração formal dos administradores, sócios ou colaboradores das empresas de que não possuem relação de parentesco com os funcionários da ABGF (Anexo III - Declaração de Inexistência de Vínculo);

4.2.6. que possuam vínculo familiar, até o terceiro grau civil com o Pregoeiro, com um dos membros da equipe de apoio, com o Presidente da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF, com um dos Conselheiros ou com qualquer funcionário em exercício nesta empresa. Será exigida declaração formal dos administradores, sócios ou colaboradores das empresas de que não possuem relação de parentesco com os funcionários da ABGF (Anexo III - Declaração de Inexistência de Vínculo);

4.2.7. que sejam Sociedades Cooperativas, considerando a vedação contida no Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União;

4.3. Como condição para participação no Pregão, o LICITANTE assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.3.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.3.1.1. a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o LICITANTE não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;

4.3.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.3.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.5. que a proposta foi elaborada de forma independente.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

5.1. Os LICITANTES encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta e as declarações exigidas



até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de cadastro.

5.2. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os LICITANTES poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais LICITANTES o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico.

6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os LICITANTES.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os LICITANTES deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor **total do GRUPO**.

6.6. Os LICITANTES poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, em que os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.8. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

6.9. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.10. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de vantajosidade.

6.12. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais LICITANTES, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum LICITANTE classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

6.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitem anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

6.14.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do Sistema.

6.15. Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os LICITANTES serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do LICITANTE.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos LICITANTES para a recepção dos lances.

6.18. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

6.19. Caso o LICITANTE não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Encerrada a etapa de lances será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria os LICITANTES qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.538, de 2015.



6.21. Caso a melhor oferta válida tenha sido apresentada por empresa de maior porte, as propostas de LICITANTES qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.23. Caso o LICITANTE qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais LICITANTES qualificadas como microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.23.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

6.23.2. Ao presente certame não se aplica o sorteio como critério de desempate. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação das propostas pelos LICITANTES é utilizada como um dos critérios de classificação.

6.24. O pregoeiro solicitará ao LICITANTE melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada da documentação de habilitação exigida em Edital e, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

6.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.2. Considera-se inexecutável a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.3. O Pregoeiro poderá convocar o LICITANTE para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

7.3.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.3.1.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do LICITANTE, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.4. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.5. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.6. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao LICITANTE que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.7. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta que permanecer acima do preço máximo definido, poderá convocar na ordem de classificação, a LICITANTE subsequente para negociar o melhor preço.

7.8. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais LICITANTES.

7.9. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

## **8. DA HABILITAÇÃO**

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do LICITANTE detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

8.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União, que abrange o cadastro do CNJ, do CEIS, do próprio TCU e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP do Portal da Transparência (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

8.1.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa



jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2. O Pregoeiro, então, consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

8.2.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o LICITANTE esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.2.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o LICITANTE será convocado a encaminhar, no prazo de 2 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das LICITANTES qualificadas como microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.3. Os LICITANTES que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF além do nível de credenciamento, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e trabalhista e Qualificação econômico-financeira e técnica:

**8.3.1. Habilitação jurídica:**

8.3.1.1. no caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.3.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM Nº 48, de 11 de outubro de 2018, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).

8.3.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

8.3.1.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

8.3.1.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC.

8.3.1.6. O caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

8.3.1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**8.3.2. Regularidade fiscal e trabalhista:**

8.3.2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.3.2.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014 e suas alterações, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.3.2.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.3.2.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.3.2.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do LICITANTE, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.3.2.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do LICITANTE;

8.3.2.7. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.3.2.8. caso o LICITANTE detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.4. Os LICITANTES que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF no nível da **Qualificação Econômico-Financeira**, deverão apresentar a seguinte documentação:

8.4.1. certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, considerada, porém, a exceção prevista no item 4.2.3.1.

8.4.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

8.4.3. no caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido do LICITANTE qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro.



(Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015).

8.4.4. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

8.4.5. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 01 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.5. **As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a Qualificação Técnica, por meio de:**

8.5.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.5.1.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no Contrato social vigente.

8.5.1.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do Contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.5.1.3. A comprovação requerida poderá ser apresentada por pelo menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, que comprove a execução dos serviços, objeto desta licitação.

8.5.2. O LICITANTE disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do Contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

8.6. O LICITANTE enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.6.1. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.7. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que o LICITANTE qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

8.7.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.8. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por LICITANTE qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.9. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

8.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.11. Será inabilitado o LICITANTE que não comprovar sua habilitação, sendo facultado ao pregoeiro a decisão de diligenciar ou não, desde que atenda aos critérios estabelecidos pelos acórdãos vigentes.

8.12. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.13. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

## **9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

9.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

9.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

9.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o LICITANTE declarado vencedor não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da



etapa de lances.

9.1.3. Todos os LICITANTES remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta, nas hipóteses descritas nos itens 9.1.1 e 9.1.2.

9.1.4. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

9.1.5. A convocação feita por e-mail ou dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do LICITANTE manter seus dados cadastrais atualizados.

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

10.1. A proposta final do LICITANTE declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.1.3. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do Contrato e aplicação de eventual sanção à **CONTRATADA**, se for o caso.

10.1.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a **CONTRATADA**.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal do LICITANTE qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer LICITANTE manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do LICITANTE quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais LICITANTES, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

12.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacoes@abgf.gov.br](mailto:licitacoes@abgf.gov.br), ou por petição dirigida e protocolada no endereço Setor Comercial Norte, Quadra 02, Bloco A, nº 190, 10º andar, sala 1002, Edifício Corporate Financial Center, Brasília/DF. 70.712.900.

12.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada exclusivamente em sítio eletrônico oficial, no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.4. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro ou pela área demandante da contratação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12.6. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

12.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

## **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao LICITANTE declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

14.1. Deverão ser observadas as exigências constantes do Projeto Básico, bem como a cláusula competente na Minuta de Contrato.



15. **DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**
- 15.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Projeto Básico.
16. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**
- 16.1. As obrigações da **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA** são as estabelecidas no Projeto Básico.
17. **DO PAGAMENTO**
- 17.1. Deverão ser observadas as exigências constantes do Projeto Básico, bem como a cláusula competente na Minuta de Contrato.
18. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 18.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.
- 18.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 18.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 18.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 18.5. Os LICITANTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 18.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 18.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 18.8. Após a convocação o licitante vencedor terá o prazo de até 10 (dez) dias para assinar o Contrato, observados o prazo e as condições estabelecidos, sob pena de decadência do direito à contratação.
- 18.8.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período.
- 18.8.2. Caso a licitante vencedora não assine o Contrato no prazo indicado no item 8.8, a ABGF poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados em conformidade com o instrumento convocatório.
- 18.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 13.303, de 2016, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 18.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 18.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.abgf.gov.br/licitacoes](http://www.abgf.gov.br/licitacoes), poderá ser solicitado pelo e-mail [licitacoes@abgf.gov.br](mailto:licitacoes@abgf.gov.br), também poderão ser lidos e/ou obtidos no Portal de Compras do Governo Federal ([www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)), e nos dias úteis e horário comercial no mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
19. **DOS ANEXOS**
- 19.1. Integram este Edital, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:
- 19.1.1. Anexo I - Projeto Básico (SEI nº 0022806 ).
- 19.1.2. Anexo II - Minuta de Contrato (SEI nº 0020564).
- 19.1.3. Anexo III - Declaração de Inexistência de Vínculo (SEI nº 0020588).
- 19.1.4. Anexo I V - Modelo de Proposta (SEI nº 0023000).

O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, Pregoeiro (validador) e pela autoridade responsável por sua aprovação, com fulcro no Regimento Interno da ABGF, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da [Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thisbe Rodrigues, Analista**, em 13/04/2026, às 09:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.abgf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.abgf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0023838** e o código CRC **27836DD4**.







## PROJETO BÁSICO

Processo nº 17909.000065/2026-71

### 1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em engenharia civil para a execução de reforma e adequação de espaço físico para alocação do Centro de Processamento de Dados - CPD, incluindo a implantação da infraestrutura de rede elétrica e lógica, na nova sede da ABGF.

### 2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação de empresa especializada para a execução do **item 1 "prestação de serviços de engenharia civil para a execução da reforma"** justifica-se pela necessidade de adequação do espaço físico da nova sede da ABGF às condições operacionais, funcionais e normativas exigidas para o pleno desenvolvimento de suas atividades institucionais.

2.2. A contratação relativa ao **item 2 "adequação de espaço físico para alocação do Centro de Processamento de Dados (CPD), rede elétrica e lógica"** mostra-se necessária e imprescindível para assegurar a continuidade operacional, a segurança da informação e a disponibilidade dos sistemas corporativos, em conformidade com as boas práticas de governança, gestão de riscos e *compliance* institucional.

2.3. A inexistência de infraestrutura dedicada e adequada para o acondicionamento dos equipamentos de tecnologia da informação compromete a integridade física dos ativos, expõe a organização a riscos operacionais, elétricos e térmicos, além de dificultar o atendimento aos requisitos de segurança lógica e física exigidos pelas normas vigentes e pelas políticas internas de TI.

2.4. A implantação do CPD permitirá a centralização e organização dos equipamentos, com condições apropriadas de climatização, controle de acesso, cabeamento estruturado, proteção elétrica e prevenção a incidentes, garantindo maior estabilidade dos serviços, redução de falhas, facilidade de manutenção e escalabilidade futura da infraestrutura tecnológica.

2.5. A instalação da rede elétrica e lógica permitirá o correto funcionamento de todos os equipamentos de tecnologia da informação nas estações de trabalho de cada funcionário, pontos estratégicos para impressoras, WiFi e circuito de câmera interno da ABGF.

2.6. Dessa forma, a adequação do CPD, rede elétrica e lógica na nova sede da ABGF constitui medida essencial e estratégica, alinhada às necessidades institucionais e às melhores práticas de gestão pública, assegurando suporte adequado às atividades finalísticas e administrativas da Empresa

2.7. Ademais, a contratação de empresa especializada assegura a adequada execução do projeto arquitetônico, o controle técnico da reforma, a observância dos prazos estabelecidos e a mitigação de riscos relacionados à qualidade, segurança e desempenho da edificação, garantindo a economicidade e a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

### 3. DO CRONOGRAMA E EXECUÇÃO

#### 3.1. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO - ITEM 1

3.1.1. A **1ª Etapa da reforma** compreende os serviços preliminares de demolição leve e preparação do ambiente, incluindo a retirada dos revestimentos existentes, abertura do forro mineral e a remoção e destinação adequada dos entulhos gerados, possibilitando o início das etapas subsequentes da reforma:

I - **Percentual financeiro da etapa:** 20% do valor total da reforma.

Item	Descrição da Atividade	Percentual Financeiro (R\$)
1	Retirada do piso carpete	
2	Retirada do piso flutuante	
3	Abertura do forro mineral	
4	Remoção e carregamento de entulhos	
5	Outros	
Total da 1ª Etapa		R\$

**Obs: A Contratada deverá proceder à retirada do carpete, garantindo a manutenção de suas condições originais, de modo a assegurar sua posterior reposição na 3ª etapa.**

3.1.2. A **2ª Etapa da reforma** compreende o **fornecimento dos principais materiais**, bem como a execução inicial dos serviços de instalação e acabamento, incluindo o *drywall*, divisórias de vidro, portas, rodapés e serviços de pintura, assegurando as condições necessárias para a finalização da reforma e a etapa subsequente.

I - **Percentual financeiro da etapa:** 40% do valor total da reforma - **Caracterização da etapa:**



Fornecimento de materiais e início dos serviços de instalação/acabamento:

Item	Descrição da Atividade	Percentual Financeiro (R\$)
1	Fornecimento de placas em <i>drywall</i>	
2	Fornecimento de ferragens em geral para <i>drywall</i>	
3	Fornecimento de divisória de vidro 3,20 x 1,00 com perfil de alumínio tipo "U" e silicone para acabamento	
4	Fornecimento de rodapé	
5	Fornecimento de silicone base d'água branco - 430 g	
6	Emassamento e pintura com tinta acetinada	
7	Fornecimento e instalação de portas na cor branca, com maçaneta, fechadura, portal e alisar	
8	Outros	
<b>Total da 2ª Etapa</b>		<b>R\$</b>

3.1.3. A **3ª Etapa da reforma** compreende a **finalização integral dos serviços**, incluindo a conclusão dos fechamentos, execução das pinturas internas e externas das alas privativas e das salas de reuniões, bem como os ajustes finais necessários para a plena conformidade com o **layout arquitetônico aprovado**, culminando na **entrega do projeto executado** e liberação definitiva da área.

I - **Percentual financeiro da etapa:** 40% do valor total da reforma - **Caracterização da etapa:** Conclusão, acabamentos finais e entrega do projeto conforme layout arquitetônico:

Item	Descrição da Atividade	Percentual Financeiro (R\$)
1	Conclusão do fechamento em drywall e ajustes finais	
2	Preparação de superfícies (lixamento, correções e limpeza técnica)	
3	Pinturas internas das salas privativas	
4	Pinturas internas das salas de reuniões - com parede reforçada para a instalação de televisor de 85" polegadas	
5	Pinturas externas e acabamentos finais	
6	Entrega do projeto executado conforme layout arquitetônico aprovado (as built)	
7	Reinstalar o carpete retirado na 1ª etapa	
8	Outros	
<b>Total da 3ª Etapa</b>		<b>R\$</b>

3.2. Os valores acima correspondem aos percentuais de execução física previstos para cada etapa da execução dos serviços, estando os desembolsos condicionados à **comprovação da execução dos serviços e/ou entrega dos materiais**, conforme cronograma físico financeiro aprovado e atestado pelo Fiscal/substituto do Contrato.

3.3. O controle das etapas de execução, das vistorias e da análise do cronograma será realizado pelo Fiscal do Contrato ou por seu substituto formalmente designado, com base no levantamento constante da Matriz de Riscos, anexo a este Projeto.

#### 3.4. **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO - ITEM 2**

3.4.1. A **1ª Etapa** compreende os serviços preparatórios e de infraestrutura básica necessários à implantação do CPD, incluindo a execução dos fechamentos da sala, adequações preliminares do ambiente e demais intervenções iniciais previstas em projeto. Essa fase tem por objetivo viabilizar as condições físicas e técnicas para a continuidade da adequação do espaço físico, assegurando a conformidade com o projeto arquitetônico e o cronograma físico financeiro aprovado.

I - **Percentual financeiro da 1ª etapa:** 20% do valor total da adequação

Item	Descrição	Percentual Financeiro (R\$)
1	Fornecimento de placa em drywall	
2	Fornecimento de ferragens para drywall (montante de 7 cm)	
3	Emassamento e pintura com tinta acetinada	
4	Fornecimento e instalação de portas (maçaneta, fechadura, portal e alisar)	
5	Revisão e adequação dos pontos iniciais de insuflamento	
6	Retirada de piso flutuante e carpete	
7	Adequação de pontos de detecção de incêndio	
8	Outros	
<b>Subtotal - 1ª Etapa</b>		<b>R\$</b>

3.4.2. A **2ª Etapa - Intermediária** corresponde à fase de desenvolvimento da adequação do espaço físico, contemplando a **execução das instalações elétricas**, revisões e adequações técnicas necessárias ao pleno



atendimento das especificações do projeto. Nessa etapa, são implementados os sistemas essenciais ao funcionamento do CPD, garantindo **segurança, confiabilidade operacional e compatibilidade com os equipamentos de tecnologia da informação.**

I - **Percentual da etapa: 40% do valor total da adequação**

Item	Descrição	Percentual Financeiro (R\$)
01	Revisão geral e adequação das instalações elétricas conforme projeto	
Subtotal - 2ª Etapa		R\$

3.4.3. A **3ª Etapa - Final** refere-se à conclusão da adequação do espaço físico, abrangendo a **instalação do cabeamento de rede estruturado e certificado**, com integração ao rack fornecido pela Contratante, bem como os ajustes finais e testes necessários. Esta fase culmina na **entrega do ambiente plenamente funcional**, em conformidade com o projeto arquitetônico, normas técnicas aplicáveis e requisitos operacionais de tecnologia da informação.

I - **Percentual da etapa: 40% do valor total da adequação**

Item	Descrição	Percentual Financeiro (R\$)
01	Instalação de pontos de cabo de rede estruturado e certificado, com rack fornecido pelo Contratante	
Subtotal - 3ª Etapa		R\$

3.5. A **CONTRATADA** deverá **implantar o circuito de contingência predial**, conforme indicação da **CONTRATANTE**, observados os **limites e restrições estabelecidos pelo Edifício Corporate.**

4. **DO LOCAL E INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 4.1. A prestação dos serviços (itens 1 e 2), deverá ser realizada no seguinte endereço: Setor Comercial Norte, Quadra 02, Bloco A nº 190, 6º andar, sala 604, Edifício Corporate Financial Center, CEP: 70.712-900 - Brasília -DF.
- 4.2. A execução dos serviços deverá ser finalizada em até **60 (sessenta) dias**, a partir da autorização da Gerência Administrativa, a qual será formalizada por correspondência eletrônica.
- 4.3. Os serviços serão prestados em conformidade com os horários estabelecidos pela administradora do Condomínio, podendo, a seu critério, haver flexibilização de determinadas atividades, desde que não ocasionem transtornos aos demais condôminos.

5. **RECEBIMENTO DO OBJETO**

- 5.1. Após a conclusão dos serviços, a **CONTRATADA** deverá comunicar formalmente a **CONTRATANTE**, por meio de expediente dirigido à Gerência Administrativa, solicitando o recebimento provisório.
- 5.2. Constatado o cumprimento integral das condições contratuais, o Fiscal do Contrato ou seu substituto, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento da solicitação, emitirá 02 (duas) vias do **Termo de Recebimento Provisório**, sendo uma delas entregue à **CONTRATADA**.
- 5.3. Na hipótese de verificação de descumprimento ou cumprimento irregular de quaisquer das condições contratuais, o Fiscal do Contrato ou seu substituto indicará as correções e complementações necessárias ao recebimento provisório, fixando prazo para a devida regularização, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 5.4. Decorrido o prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o Recebimento Provisório, a fiscalização da **CONTRATANTE**, mediante aprovação da chefia imediata, procederá ao **Recebimento Definitivo**.
- 5.5. O Fiscal do Contrato ou seu substituto realizará vistoria dos serviços, com vistas à verificação do atendimento a todas as condições contratuais e técnicas, nos termos da legislação aplicável, deste Projeto Básico e do Contrato.
- 5.6. O **Recebimento Definitivo** do objeto somente será efetivado após a conclusão integral dos serviços contratados e a apresentação, pela **CONTRATADA**, dos seguintes documentos:
  - a) Apresentação de todos os projetos “as built” dos serviços, nas formas digital e impressa, devidamente assinados pelos respectivos responsáveis técnicos, bem como duas cópias adicionais em meio digital, identificadas, contendo todas as plantas e documentos complementares, gravados em arquivos editáveis;
  - b) Cópia do Diário da execução dos serviços;
  - c) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive aqueles relativos ao INSS;
  - d) Certificado de Regularidade do FGTS, bem como comprovação do pagamento das demais taxas, tributos e encargos incidentes sobre o objeto do Contrato;
  - e) Comprovação do cumprimento de todas as obrigações da **CONTRATADA** previstas no item 3 deste Projeto Básico.
  - f) Garantia dos serviços, nos termos do art. 618 do Código Civil.

5.7. Verificado o adequado cumprimento de todas as condições contratuais, o Fiscal do Contrato ou por seu substituto receberá definitivamente os serviços, e emitirá o **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**, sendo uma



entregue à **CONTRATADA**.

5.8. Na hipótese de, durante a vistoria realizada pelo Fiscal do Contrato ou por seu substituto, se constatada a inadequação do objeto aos termos do Contrato, será indicada as correções e complementações necessárias ao Recebimento Definitivo, fixando prazo para a regularização das irregularidades, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.9. Uma vez sanadas as irregularidades, a **CONTRATADA** deverá comunicar formalmente a **CONTRATANTE**, por meio de expediente dirigido ao Fiscal do Contrato, que ficará encarregado de proceder ao Recebimento Definitivo.

5.10. O prazo para a emissão do **Termo de Recebimento Definitivo** será de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação escrita da **CONTRATADA**.

5.11. A aceitação dos serviços pela **CONTRATANTE** não exime a **CONTRATADA** de suas responsabilidades legais, que permanecem nos termos da legislação aplicável.

## 6. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (REFERENCIAL)

6.1. Em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei 13.303/2016 o valor estimado da contratação será sigiloso.

## 7. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta do Programa de Dispêndios Globais - PDG 2026, sob a Rubricas Orçamentárias 2.107.010.200 - Móveis, Máquinas e Equipamentos e 2.107.010.310 - Aquisição de Equipamentos de Tecnologia da Informação.

## 8. VIGÊNCIA CONTRATUAL

8.1. O Contrato terá duração de 06 (seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura, sem previsão de prorrogação.

## 9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Previamente à execução dos serviços, a **CONTRATADA** deverá registrar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto aos órgãos competentes e ao condomínio.

9.2. Executar fielmente o Contrato, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas vigentes.

9.3. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da **CONTRATANTE**, prestando em até 02 (duas) horas a partir do recebimento, todos os esclarecimentos solicitados, de forma clara, concisa e lógica, atendendo prontamente às reclamações formuladas, tomando imediatamente as providências necessárias para a correção, evitando repetição de fatos.

9.4. Nomear e apresentar à Gerência Administrativa da **CONTRATANTE**, o Preposto que irá intermediar a comunicação entre as partes, durante o todo o período de duração do Contrato.

9.5. **Apresentar aos seus empregados, inclusive ao Preposto, o Código de Conduta e Integridade da ABGF, disponível no site da CONTRATANTE: <https://www.abgf.gov.br/comite-de-etica/>.**

9.6. Manter seus empregados providos de Equipamentos de Proteção Individual - EPI, e ainda fornecer crachá de identificação, sem ônus para a **CONTRATANTE**, contendo a razão social da empresa, nome, Categoria Profissional e com fotografias recentes, sendo de uso obrigatório para acesso às dependências da **CONTRATANTE**.

9.7. Manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinadoras e demais regulamentos em vigor nas dependências da **CONTRATANTE**, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes.

9.8. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que venham a serem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços ou outros que mantenham vínculo com esses, ainda que nas dependências da **CONTRATANTE**, cumprindo todas as suas obrigações que as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências para o exercício das atividades.

9.9. Cumprir integralmente o cronograma físico de execução, observando os prazos intermediários e o prazo final contratual.

9.10. Submeter-se à fiscalização técnica e administrativa exercida pelo Fiscal do Contrato ou por seu substituto formalmente designado.

9.11. Permitir e facilitar a realização de vistorias, inspeções e medições em qualquer fase da execução.

9.12. Executar os serviços em conformidade com o projeto, especificações técnicas e demais documentos contratuais.

9.13. Adotar todas as medidas de mitigação dos riscos atribuídos à **CONTRATADA**, conforme previsto na **Matriz de Riscos**, anexo ao Contrato.

9.14. Comunicar imediatamente à fiscalização a ocorrência de fatos que possam impactar prazo, custo ou qualidade.

9.15. Cumprir integralmente as normas de Segurança e Saúde do Trabalho - SST.

9.16. Reparar, às suas expensas, eventuais danos causados ao patrimônio da **CONTRATANTE** ou de terceiros.

9.17. Atender prontamente às determinações da fiscalização.

9.18. Reconhecer que a Matriz de Riscos integra o Contrato para todos os fins.

9.19. Assinar a **Declaração de Inexistência de Vínculo**, apresentada preliminarmente à contratação.

## 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



- 10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 10.2. Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento do objeto que estiver em desacordo com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**.
- 10.3. Permitir o acesso dos empregados da **CONTRATADA**, desde que devidamente identificados, às suas dependências, para execução de serviços referentes ao objeto contratado, se necessário.
- 10.4. Receber o fornecimento do objeto verificando as condições de entrega, conferindo a compatibilidade das especificações constantes da Nota Fiscal e neste Projeto Básico, atestando seu recebimento.
- 10.5. Rejeitar, com a devida justificativa, o fornecimento do objeto dessa contratação, entregues fora das especificações descritas neste Projeto Básico, arcando a **CONTRATADA** com o ônus decorrente do fato.
- 10.6. Comunicar formalmente, circunstanciada e tempestivamente à **CONTRATADA**, qualquer anormalidade havida durante a execução do contrato.
- 10.7. Suspender o pagamento da Nota Fiscal se houver obrigação contratual pendente por parte da **CONTRATADA**, no tocante à inexecução ou à prestação insatisfatória a contento do serviço, até a completa regularização.
- 10.8. Responsabilizar-se pelos pagamentos dos serviços recebidos dentro do prazo estabelecido neste Projeto Básico.
- 10.9. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela **CONTRATADA**.

#### **11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)**

- 11.1. Nos termos dos artigos 82 a 84 da Lei nº 13.303/16, em decorrência de atraso injustificado na execução do contrato, ou, ainda, pela sua inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas à **CONTRATADA**, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:
- a) advertência;
  - b) multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no Contrato;
  - c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- 11.2. A advertência e a suspensão poderão ser aplicadas juntamente com a multa, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 11.3. As multas poderão ser de natureza moratória ou compensatória, e poderão ser aplicadas cumulativamente, desde que seja aberto processo administrativo para este fim.
- 11.4. Na aplicação das multas, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório, deverá ser observado o princípio da proporcionalidade estritamente necessário ao atendimento do interesse da **CONTRATANTE**, tendo por parâmetro os seguintes percentuais:
- a) de 0,2% (dois décimos por cento) a 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso, no caso de multa moratória; e
  - b) até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor inadimplido do Contrato, para multa compensatória.
- 11.5. A multa a que alude esta cláusula não impede que a **CONTRATANTE** rescinda o contrato e aplique outras sanções previstas na Lei nº 13.303/16.
- 11.6. Em consonância ao disposto no art. 84, da Lei nº 13.303/2016, as sanções previstas na alínea “c”, do subitem 11.1 poderão ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:
- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CONTRATANTE** em virtude de atos ilícitos praticados.
- 11.7. Se a falha detectada ocorrer por comprovado impedimento ou por motivo de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela **CONTRATANTE** a empresa **CONTRATADA** ficará isenta das penalidades mencionadas nessa Cláusula.
- 11.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário ou contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 13.303, de 2016, nos normativos internos da **CONTRATANTE** e, supletivamente, na Lei nº 9.784, de 1999.
- 11.9. Na aplicação das sanções, a **CONTRATANTE** levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 11.10. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF, por força do inciso III do art. 34 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
- 11.11. Sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas e das demais cominações legais e contratuais cabíveis, a **CONTRATADA** será obrigada a reparar, corrigir, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos da legislação em vigor.



## 12. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato consistem na verificação da conformidade dos serviços prestados, bem como da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do Contrato, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da **CONTRATANTE**.

12.2. O Fiscal do Contrato, ou seu substituto, exigirá o cumprimento dos serviços na forma de execução estabelecida neste Projeto Básico, inclusive no que se refere à adoção, por parte da **CONTRATANTE**, dos critérios de sustentabilidade nele previstos.

12.3. O Fiscal do Contrato ou seu substituto deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

12.4. O Fiscal do Contrato ou seu substituto, ao verificar qualquer inconformidade deverá comunicar à Gerência Administrativa - GERAD, em tempo hábil, para que sejam adotadas as medidas convenientes e necessárias a cada caso, ensejando notificação à **CONTRATADA**, para a adequação contratual.

12.5. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela **CONTRATADA** ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico no Contrato, e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

12.6. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos.

## 13. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTOS À CONTRATADA

13.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias úteis, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, de acordo com as condições e preços ajustados no Contrato, com as retenções devidas e previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11.01.2012, publicada no Diário Oficial de 12.01.2012.

13.2. Antes do pagamento da fatura, a **CONTRATANTE** deverá anexar aos autos as seguintes certidões:

a) Certidão do Sistema Unificado de Fornecedores - SICAF;

b) Consulta TCU Consolidada, disponível no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

13.3. Em havendo irregularidade, esta deverá ser formalmente comunicada à **CONTRATADA**, para que apresente justificativas e comprove a regularidade, sob pena de rescisão contratual.

13.4. O fiscal terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da Nota Fiscal, para analisá-la, atestá-la e encaminhá-la para pagamento, ou devolvê-la à **CONTRATADA** para correção de falhas porventura existentes.

13.5. Não será admitido o pagamento antecipado sob qualquer pretexto.

13.6. Para atendimento ao Ajuste SINIEF nº 07/05, com nova redação dada pelo Ajuste SINIEF nº 08/10 (Cláusula Décima), é necessário que, por ocasião da emissão de sua Nota Fiscal, a **CONTRATADA** envie o arquivo digital denominado XML com as respectivas notas fiscais eletrônicas emitidas para o endereço eletrônico a ser definido pela **CONTRATANTE**.

13.7. Os contribuintes que não se enquadrarem no estabelecido pelo Ajuste SINIEF nº 07/05, com nova redação dada pelo Ajuste SINIEF nº 08/10, deverão apresentar declaração à **CONTRATANTE**, concomitantemente à assinatura do Contrato, informando essa condição.

13.8. As Notas Fiscais/Faturas deverão ser emitidas pela própria **CONTRATADA**, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta, não sendo admitidas Notas Fiscais/Faturas emitidas com outro CNPJ, inclusive de filiais ou da matriz.

13.9. No caso de fatura emitida com erro, esta será devolvida à **CONTRATADA** para as necessárias correções, e o prazo para pagamento será contado a partir da reapresentação corrigida.

13.10. Nos casos de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal, estes serão devolvidos à **CONTRATADA** para correção, não implicando em quaisquer encargos à **CONTRATANTE** em razão de atrasos nos pagamentos correspondentes.

13.11. Deverá constar na Nota Fiscal ou Fatura o detalhamento dos serviços executados, o nome do banco, o número da agência, a praça e o número da conta bancária para que seja efetuado o crédito referente ao pagamento.

13.12. Nos casos de atrasos no pagamento, desde que não decorrentes de falhas ou omissões da **CONTRATADA**, os encargos moratórios serão calculados utilizando a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

**EM** = Encargos Moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da Parcela em atraso;

**I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438 (6% ao ano).

13.13. A **CONTRATANTE** poderá deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**, nos termos do Contrato.

13.14. A **CONTRATANTE** não efetuará qualquer pagamento à **CONTRATADA** enquanto houver multas pendentes que não tenham sido pagas ou relevadas.

13.15. Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições



das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a comprovação dessa condição, para evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme a legislação em vigor.

#### 14. QUALIFICAÇÃO

14.1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

14.1.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, por período não inferior a um ano, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

14.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

14.3. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, para fins de contratação.

#### 15. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

15.1. Em atendimento às diretrizes governamentais que regem e incentivam a adoção de critérios de sustentabilidade nas contratações, dentre as quais se destacam a Instrução Normativa MPOG nº 01/2010 e, no âmbito interno, o item 6 da Norma de Licitações e Contratos Administrativos, deverá constar no Projeto Básico a previsão de práticas de sustentabilidade ambiental.

15.2. Dentre as especificações de projeto que visam à sustentabilidade construtiva do objeto que se propõe destacam-se:

a) a correta segregação e destino dos resíduos sólidos (entulho);

b) priorização na especificação de materiais sustentáveis, objetivando o maior volume de materiais certificados, de manejo sustentável e recicláveis;

c) especificação de equipamentos calcada no menor consumo de energia e melhor eficiência possível durante a sua utilização e operação;

d) adoção de soluções construtivas que permitam maior flexibilidade em futuras reformas e remodelagens organizacionais, permitindo a fácil adaptação às mudanças de uso do ambiente ou de usuário, evitando processos que causem grande impacto ambiental pela produção de entulho;

15.3. Os serviços objeto desse Projeto Básico deverão ser executados respeitando-se a legislação ambiental vigente e as orientações da Administração do Edifício Corporate Financial Center em seu Regulamento Interno.

15.4. A **CONTRATADA** é responsável pela remoção e o descarte adequado de materiais, equipamentos inservíveis, entulhos e quaisquer outras sobras provenientes das suas atividades gerados durante a execução dos serviços contratados

15.5. Sempre que o Projeto Básico for omissivo quanto à gestão de determinado resíduo sólido, a **CONTRATADA** deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

#### 16. DA VISTORIA

16.1. A empresa interessada em participar do processo de contratação poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existente.

16.2. A vistoria será acompanhada por empregado da **CONTRATANTE**, designado para esse fim que fará a entrega de um termo de vistoria.

16.3. A empresa que não vistoriar o local onde serão executados os serviços não poderá, posteriormente, alegar desconhecimento do ambiente da **CONTRATANTE**, em qualquer pleito. Ademais será de responsabilidade da **CONTRATADA** a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua opção por não realizar a vistoria.

16.4. A empresa deverá marcar dia e horário para a visita de vistoria, por meio do e-mail: [licitacoes@abgf.gov.br](mailto:licitacoes@abgf.gov.br).

#### 17. RESCISÃO CONTRATUAL

17.1. O Contrato poderá ser rescindido por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas neste Projeto Básico, sem prejuízo das sanções estabelecidas.

17.2. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.3. Será considerada falta grave, para fins de rescisão contratual a não manutenção das condições de habilitação.

17.4. Na hipótese de rescisão unilateral pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** isenta integralmente a **CONTRATANTE** do pagamento de quaisquer multas ou encargos advindos da extinção antecipada do Contrato.

#### 18. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

18.1. O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no Artigo 81 da Lei nº 13.303/2016, e na vigente Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017 - Anexo X.

18.2. A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se



fizerem nos serviços objeto deste Projeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

#### 19. DA RESPONSABILIDADE CIVIL

19.1. A **CONTRATADA** responderá por quaisquer danos ou prejuízos pessoais ou materiais que seus empregados ou prepostos, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, venham a causar em decorrência da prestação dos serviços objeto deste Projeto Básico, e do Contrato, incluindo-se, também os danos materiais ou pessoais a terceiros, a que título for.

#### 20. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

20.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, a Administração Pública poderá, independentemente de prévia manifestação do interessado, adotar providências acauteladoras, em caso de risco iminente, como medida preventiva.

#### 21. ANEXOS

- 21.1. ANEXO I - Matriz de Riscos - Item 1 (SEI nº 0022807).
- 21.2. ANEXO II - Mapa de Gerenciamento de Riscos - Item 1 (SEI nº 0022809)
- 21.3. ANEXO III - Matriz de Riscos - Item 2 (SEI nº 0022811).
- 21.4. ANEXO IV - Mapa de Gerenciamento de Riscos - Item 2 (SEI nº 0022812)
- 21.5. ANEXO V - Projeto Executivo (SEI nº 0022657)

O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, pela autoridade Requisitante e pela autoridade responsável pela Aprovação da conveniência e oportunidade, no art. 15 da IN nº 02/2008-SLTI/MPOG, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.



Documento assinado eletronicamente por **Thisbe Rodrigues, Analista**, em 13/04/2026, às 09:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.abgf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.abgf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0023863** e o código CRC **4D0D53DF**.



## ANEXO (MODELO)

### ANEXO - MATRIZ DE RISCOS (ITEM 1)

**Objeto:** Contratação de empresa especializada em engenharia civil para a execução de reforma e adequação de espaço físico para alocação do Centro de Processamento de Dados – CPD, incluindo a implantação da infraestrutura de rede elétrica e lógica, na nova sede da ABGF.

**Prazo de execução:** até 60 (sessenta) dias

**Fundamentação:** art. 42, inciso X, da Lei nº 13.303/2016

#### 1. Premissas

- Obra de baixa complexidade técnica.
- Prazo curto, sem interferências estruturais relevantes.
- Projeto básico definido previamente.
- Regime de execução por preço global.

#### 2. Matriz de Identificação, Alocação e Tratamento dos Riscos

Nº	Risco Identificado	Fase	Probabilidade	Impacto	Responsável	Medidas de Mitigação
1	Atraso no início dos serviços	Execução	Média	Médio	Contratada	Exigir cronograma físico detalhado; cláusula de penalidade por atraso
2	Descumprimento do prazo total (30 dias)	Execução	Média	Alto	Contratada	Fiscalização contínua; aplicação de multa contratual
3	Falta ou atraso no fornecimento de materiais	Execução	Média	Médio	Contratada	Obrigações de estoque mínimo e planejamento prévio
4	Execução em desacordo com o projeto	Execução	Baixa	Médio	Contratada	Aprovação prévia do projeto; acompanhamento técnico
5	Retrabalho por erro de execução	Execução	Baixa	Médio	Contratada	Vistoria intermediária; aceite parcial
6	Interferências não previstas no local	Execução	Baixa	Médio	Contratante	Vistoria técnica prévia; possibilidade de ajuste pontual
7	Paralisação por questões de segurança do trabalho	Execução	Baixa	Médio	Contratada	Exigência de cumprimento das normas de SST
8	Danos ao patrimônio existente	Execução	Baixa	Médio	Contratada	Seguro ou responsabilidade por reparação imediata
9	Fiscalização insuficiente	Execução	Baixa	Médio	Contratante	Designação formal de fiscal e substituto
10	Atraso no pagamento	Execução	Baixa	Médio	Contratante	Planejamento financeiro e observância do cronograma de pagamentos

#### 3. Alocação Geral dos Riscos

- **Riscos operacionais e de execução:** atribuídos à **Contratada**, por decorrerem de sua gestão, mão de obra, materiais e métodos construtivos.
- **Riscos institucionais e administrativos:** atribuídos à **Contratante**, relacionados à fiscalização, liberação de acesso ao local e pagamentos.
- **Eventos imprevisíveis de baixa probabilidade:** tratados conforme regras contratuais e legislação aplicável.

#### 4. Disposições Finais

A presente Matriz de Riscos foi elaborada considerando a simplicidade do objeto e o curto prazo de execução, atendendo aos princípios da **eficiência, economicidade e gestão de riscos**, nos termos da Lei nº 13.303/2016, não implicando transferência indevida de riscos à Contratante.





Documento assinado eletronicamente por **Thisbe Rodrigues, Analista**, em 25/03/2026, às 10:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.abgf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.abgf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0022807** e o código CRC **567728A8**.

Setor Comercial Norte Quadra 02, Bloco A, nº 190, 10º andar, sala 1002 - Edifício Corporate Financial Center  
CEP 70712-900 - Brasília/DF

Telefone: (61) 3246-6200 - [www.abgf.gov.br](http://www.abgf.gov.br) - [seger@abgf.gov.br](mailto:seger@abgf.gov.br)

**Referência:** Processo nº 17909.000065/2026-71

SEI nº 0022807



## ANEXO (MODELO)

### ANEXO - MATRIZ DE RISCOS (ITEM 2)

**Objeto:** Contratação de empresa especializada em engenharia civil para a execução de reforma e adequação de espaço físico para alocação do Centro de Processamento de Dados – CPD, incluindo a implantação da infraestrutura de rede elétrica e lógica, na nova sede da ABGF.

**Prazo de execução:** até 60 (sessenta) dias

**Fundamentação:** art. 42, inciso X, da Lei nº 13.303/2016

#### ADEQUAÇÃO DO CPD – NOVA SEDE DA ABGF

##### 1. DIRETRIZES GERAIS

1.1. A presente Matriz de Riscos tem por objetivo **identificar, avaliar e alocar responsabilidades** quanto aos principais riscos associados à execução da adequação do Centro de Processamento de Dados – CPD, rede lógica e elétrica, considerando as **três etapas do cronograma físico financeiro**, de modo a assegurar a **previsibilidade contratual**, a **mitigação de impactos operacionais e financeiros** e a **boa governança da contratação**, nos termos da Lei nº 13.303/2016.

#### RISCOS – 1ª ETAPA (INICIAL)

##### Serviços preparatórios e de infraestrutura básica

**Percentual financeiro:** 20% – R\$ 19.725,82

Risco Identificado	Impacto Potencial	Responsável	Medidas de Mitigação
Atraso no fornecimento de placas e ferragens de <i>drywall</i>	Comprometimento do cronograma físico financeiro	CONTRATADA	Planejamento prévio de compras, cronograma de fornecimento e comprovação de estoque
Execução inadequada dos fechamentos em <i>drywall</i>	Retrabalho e não conformidade com o projeto arquitetônico	CONTRATADA	Execução conforme projeto, normas técnicas e fiscalização contínua
Falhas no emassamento e pintura	Acabamento inadequado e rejeição na medição	CONTRATADA	Utilização de materiais especificados e inspeção antes da medição
Instalação incorreta de portas	Comprometimento da vedação e segurança do CPD	CONTRATADA	Conferência dimensional e instalação conforme especificações
Interferências nos pontos iniciais de insuflamento	Prejuízo à climatização do CPD	CONTRATADA	Alinhamento prévio com projeto de climatização
Danos à estrutura existente na retirada de piso e carpete	Custos adicionais e atraso	CONTRATADA	Procedimentos técnicos adequados e proteção das áreas adjacentes
Inadequação dos pontos de detecção de incêndio	Risco à segurança e não conformidade normativa	CONTRATADA	Execução conforme normas do Corpo de Bombeiros e projeto aprovado

#### RISCOS – 2ª ETAPA (INTERMEDIÁRIA)

##### Instalações elétricas

**Percentual financeiro:** 40% – R\$ 39.451,65

Risco Identificado	Impacto Potencial	Responsável	Medidas de Mitigação
Incompatibilidade das instalações elétricas com o projeto	Necessidade de retrabalho e atrasos	CONTRATADA	Execução estrita conforme projeto elétrico aprovado
Sobrecarga ou dimensionamento inadequado dos circuitos	Risco operacional e falhas no CPD	CONTRATADA	Conferência técnica, testes e validação antes da conclusão da etapa
Interferência com sistemas prediais existentes	Paralisação parcial da obra	CONTRATADA	Planejamento integrado com administração do Ed. Corporate
Não conformidade com normas técnicas (ABNT/NBR)	Impossibilidade de aceite da etapa	CONTRATADA	Cumprimento integral das normas e registros de testes

#### RISCOS – 3ª ETAPA (FINAL)

##### Cabeamento estruturado e entrega do CPD

**Percentual financeiro:** 40% – R\$ 39.451,65

Risco Identificado	Impacto Potencial	Responsável	Medidas de Mitigação
Instalação inadequada do cabeamento estruturado	Perda de desempenho e certificação	CONTRATADA	Execução por equipe qualificada e certificação dos pontos
Incompatibilidade com o rack fornecido pela Contratante	Retrabalho e atraso na entrega	CONTRATADA	Validação prévia das especificações técnicas do rack
Falha na certificação do cabeamento	Não aceite da etapa final	CONTRATADA	Testes, laudos e entrega de documentação técnica
Ajustes finais e conformidade	Entrega incompleta do	CONTRATADA	Check-list final e acompanhamento da



## RISCO ESPECÍFICO - CIRCUITO DE CONTINGÊNCIA PREDIAL

Risco Identificado	Impacto Potencial	Responsável	Medidas de Mitigação
Impossibilidade de implantação do circuito de contingência por restrições prediais	Limitação operacional do CPD	CONTRATANTE / CONTRATADA	Indicação prévia do trajeto pela CONTRATANTE e execução pela CONTRATADA dentro das limitações do Ed. Corporate

## 2. DISPOSIÇÃO FINAL

Os riscos associados à **execução, fornecimento de materiais, conformidade técnica, prazos e qualidade dos serviços** são alocados majoritariamente à **CONTRATADA**, cabendo à **CONTRATANTE** a indicação de diretrizes, fiscalização e fornecimento do rack, bem como as orientações relativas às restrições do Edifício Corporate, em conformidade com o regime de contratação e o cronograma físico financeiro aprovado.



Documento assinado eletronicamente por **Thisbe Rodrigues, Analista**, em 25/03/2026, às 10:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.abgf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.abgf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0022809** e o código CRC **5EAF48F**.

Setor Comercial Norte Quadra 02, Bloco A, nº 190, 10º andar, sala 1002 - Edifício Corporate Financial Center  
CEP 70712-900 - Brasília/DF

Telefone: (61) 3246-6200 - [www.abgf.gov.br](http://www.abgf.gov.br) - [seger@abgf.gov.br](mailto:seger@abgf.gov.br)

Referência: Processo nº 17909.000065/2026-71

SEI nº 0022809



## ANEXO (MODELO)

### MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS (ITEM 1)

**Objeto:** Contratação de empresa especializada em engenharia civil para a execução de reforma e adequação de espaço físico para alocação do Centro de Processamento de Dados – CPD, incluindo a implantação da infraestrutura de rede elétrica e lógica, na nova sede da ABGF.

**Prazo de execução:** até 60 (sessenta) dias

**Base normativa:** Lei nº 13.303/2016, art. 42, X; boas práticas de governança e gestão de riscos

#### 1. Metodologia Adotada

O gerenciamento de riscos foi estruturado nas seguintes etapas:

1. Identificação dos riscos;
2. Análise da probabilidade e do impacto;
3. Classificação do nível de risco;
4. Definição de responsáveis;
5. Estabelecimento de respostas e controles;
6. Monitoramento contínuo durante a execução contratual.

#### 2. Escala de Avaliação

- **Probabilidade:** Baixa (B), Média (M), Alta (A)
- **Impacto:** Baixo (B), Médio (M), Alto (A)
- **Nível de Risco:**
  - **Baixo:** monitoramento rotineiro
  - **Médio:** ações preventivas e controles
  - **Alto:** tratamento prioritário e contingência

#### 3. Mapa de Gerenciamento de Riscos

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Responsável	Estratégia de Tratamento	Controles e Monitoramento
Atraso no início dos serviços	Média	Médio	Médio	Contratada	Mitigar	Análise do cronograma e ordem de início formal
Descumprimento do prazo total	Média	Alto	Alto	Contratada	Mitigar	Fiscalização contínua e aplicação de penalidades
Atraso no fornecimento de materiais	Média	Médio	Médio	Contratada	Mitigar	Planejamento e comprovação de aquisição
Execução em desacordo com o projeto	Baixa	Médio	Médio	Contratada	Mitigar	Vistorias técnicas e aceite parcial
Retrabalho por falhas de execução	Baixa	Médio	Médio	Contratada	Mitigar	Inspeções periódicas
Interferências não previstas	Baixa	Médio	Médio	Contratante	Aceitar/Mitigar	Vistoria prévia e ajustes pontuais
Paralisação por falhas em SST	Baixa	Médio	Médio	Contratada	Evitar	Exigência de cumprimento das NRs
Danos ao patrimônio	Baixa	Médio	Médio	Contratada	Transferir/Mitigar	Responsabilização



existente						contratual
Fiscalização insuficiente	Baixa	Médio	Médio	Contratante	Mitigar	Designação formal de fiscal
Atraso no pagamento	Baixa	Médio	Médio	Contratante	Evitar	Planejamento financeiro

#### 4. Plano de Resposta aos Riscos Críticos

Os riscos classificados como **nível alto**, especialmente o **descumprimento do prazo contratual**, serão tratados de forma prioritária, mediante:

- acompanhamento semanal do cronograma;
- registro formal das ocorrências;
- aplicação das sanções previstas em contrato, quando cabível.

#### 5. Monitoramento e Revisão

O Mapa de Gerenciamento de Riscos será:

- acompanhado pelo fiscal do contrato durante toda a execução;
- revisado sempre que houver alteração relevante no cronograma ou no escopo;
- registrado nos autos do processo administrativo.

#### 6. Conclusão

O presente Mapa de Gerenciamento de Riscos demonstra que os riscos inerentes à contratação são **controláveis e compatíveis com a simplicidade do objeto e o prazo reduzido**, não comprometendo a execução contratual, desde que observadas as medidas de mitigação e monitoramento estabelecidas.



Documento assinado eletronicamente por **Thisbe Rodrigues, Analista**, em 25/03/2026, às 10:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.abgf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.abgf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0022811** e o código CRC **88FEF486**.

Setor Comercial Norte Quadra 02, Bloco A, nº 190, 10º andar, sala 1002 - Edifício Corporate Financial Center  
 CEP 70712-900 - Brasília/DF  
 Telefone: (61) 3246-6200 - [www.abgf.gov.br](http://www.abgf.gov.br) - [seger@abgf.gov.br](mailto:seger@abgf.gov.br)



## ANEXO (MODELO)

### MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS (ITEM 2)

**Objeto:** Contratação de empresa especializada em engenharia civil para a execução de reforma e adequação de espaço físico para alocação do Centro de Processamento de Dados – CPD, incluindo a implantação da infraestrutura de rede elétrica e lógica, na nova sede da ABGF.

**Prazo de execução:** até 60 (sessenta) dias

**Base normativa:** Lei nº 13.303/2016, art. 42, X; boas práticas de governança e gestão de riscos

#### 1. METODOLOGIA

Os riscos foram identificados por etapa da obra, avaliados quanto à **probabilidade** e ao **impacto**, classificados quanto ao **nível de risco**, definidos os **responsáveis** e estabelecidas **ações de prevenção, mitigação, monitoramento e resposta**.

Escala adotada (referencial):

- **Probabilidade:** Baixa / Média / Alta
- **Impacto:** Baixo / Médio / Alto
- **Nível de Risco:** Baixo / Médio / Alto

#### 2. MAPA DE RISCOS POR ETAPA

##### 2.1. 1ª ETAPA – INICIAL - Serviços preparatórios e infraestrutura básica do CPD:

Nº	Risco	Prob.	Impacto	Nível	Responsável	Ações Preventivas/Mitigadoras	Monitoramento
1	Atraso no fornecimento de drywall e ferragens	Média	Médio	Médio	Contratada	Planejamento de compras e cronograma de fornecimento	Acompanhamento semanal
2	Execução inadequada dos fechamentos	Média	Alto	Alto	Contratada	Execução conforme projeto e normas técnicas	Vistoria da fiscalização
3	Falhas em emassamento e pintura	Média	Médio	Médio	Contratada	Uso de materiais especificados e inspeção prévia	Checklist de qualidade
4	Instalação incorreta de portas	Baixa	Médio	Baixo	Contratada	Conferência dimensional antes da instalação	Vistoria técnica
5	Interferência nos pontos de insuflamento	Média	Alto	Alto	Contratada	Compatibilização com projeto de climatização	Validação técnica
6	Danos na retirada de piso e carpete	Baixa	Médio	Baixo	Contratada	Proteção das áreas adjacentes	Inspeção em campo
7	Não conformidade nos pontos de detecção de incêndio	Baixa	Alto	Médio	Contratada	Execução conforme normas e projeto aprovado	Conferência normativa

##### 2.2. 2ª ETAPA – INTERMEDIÁRIA - Instalações elétricas do CPD:

Nº	Risco	Prob.	Impacto	Nível	Responsável	Ações Preventivas/Mitigadoras	Monitoramento
8	Incompatibilidade das instalações com o projeto	Média	Alto	Alto	Contratada	Execução estrita conforme projeto aprovado	Fiscalização técnica
9	Dimensionamento inadequado dos circuitos	Baixa	Alto	Médio	Contratada	Conferência técnica e testes elétricos	Relatórios de testes
10	Interferência com sistemas prediais do edifício	Média	Médio	Médio	Contratada	Alinhamento com administração do edifício	Reuniões de alinhamento
11	Não conformidade com normas técnicas (ABNT/NBR)	Baixa	Alto	Médio	Contratada	Cumprimento normativo e registros técnicos	Análise documental

##### 2.3. 3ª ETAPA – FINAL - Cabeamento estruturado, certificação e entrega

Nº	Risco	Prob.	Impacto	Nível	Responsável	Ações Preventivas/Mitigadoras	Monitoramento
12	Instalação inadequada do cabeamento estruturado	Média	Alto	Alto	Contratada	Execução por equipe qualificada	Testes e certificação



13	Falha na certificação dos pontos de rede	Média	Alto	Alto	Contratada	Certificação conforme normas técnicas	Laudos técnicos
14	Incompatibilidade com o rack fornecido pela ABGF	Baixa	Médio	Baixo	Contratada	Validação prévia das especificações do rack	Conferência técnica
15	Ajustes finais insuficientes para aceite	Baixa	Médio	Baixo	Contratada	Checklist de entrega final	Vistoria de aceite

### 3. 3. ESTRATÉGIA DE TRATAMENTO DOS RISCOS

- 3.1. **Riscos de execução, fornecimento, qualidade e conformidade técnica:** alocados à **CONTRATADA**.
- 3.2. **Riscos relacionados a diretrizes, restrições prediais e fornecimento do rack:** compartilhados, com liderança da **CONTRATANTE**.
- 3.3. **Monitoramento:** realizado pela **Fiscalização do Contrato**, com registros formais nos autos.



Documento assinado eletronicamente por **Thisbe Rodrigues, Analista**, em 25/03/2026, às 10:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



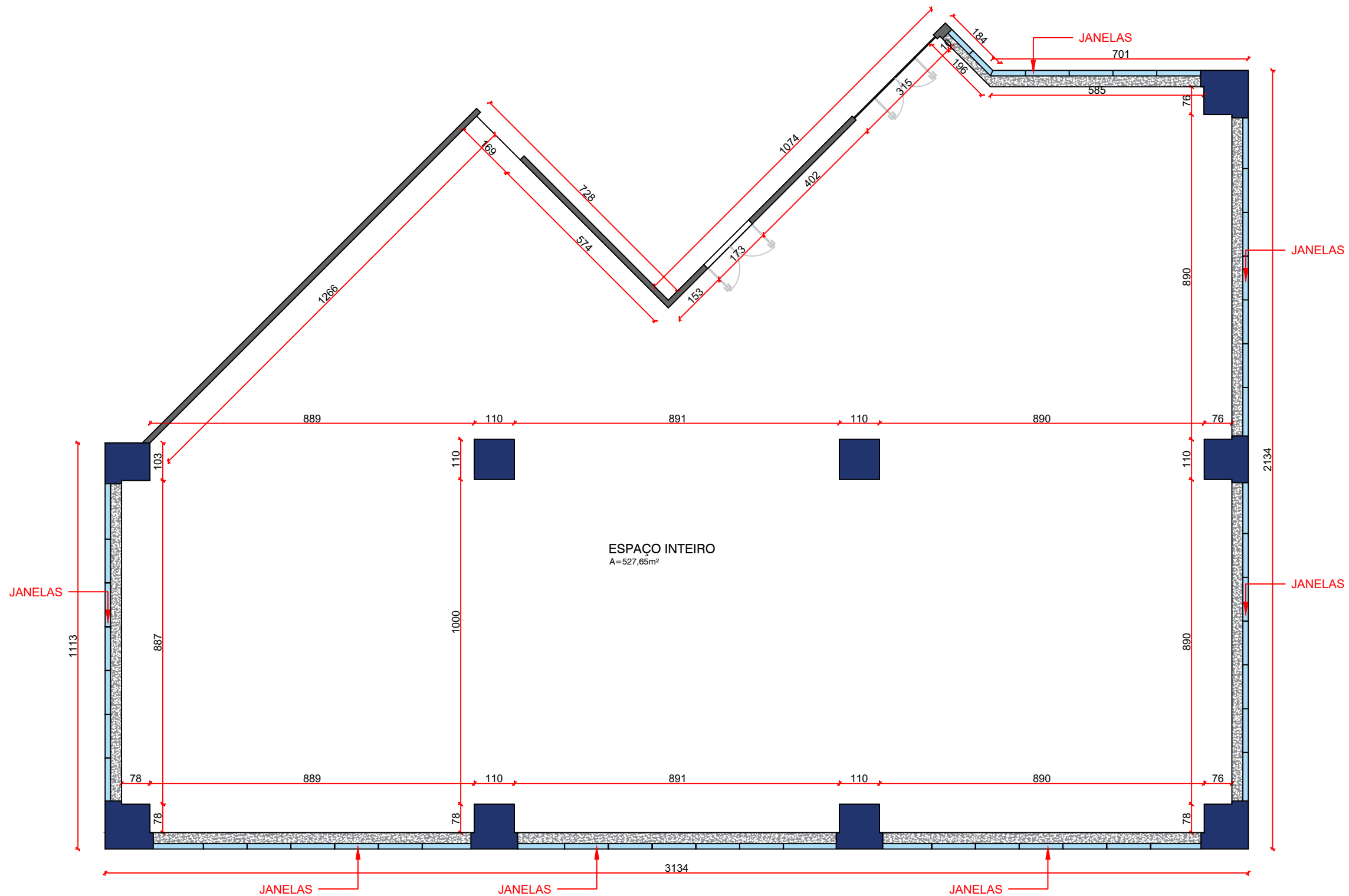
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.abgf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.abgf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0022812** e o código CRC **13E4E533**.

Setor Comercial Norte Quadra 02, Bloco A, nº 190, 10º andar, sala 1002 - Edifício Corporate Financial Center  
CEP 70712-900 - Brasília/DF  
Telefone: (61) 3246-6200 - [www.abgf.gov.br](http://www.abgf.gov.br) - [seger@abgf.gov.br](mailto:seger@abgf.gov.br)

**Referência:** Processo nº 17909.000065/2026-71

SEI nº 0022812





PLANTA BAIXA  
ORIGINAL  
ESC. 1:100

LEGENDA

PAREDES EXISTENTES

PILAR EXISTENTE

BANCADA DE GRANITO EXISTENTE

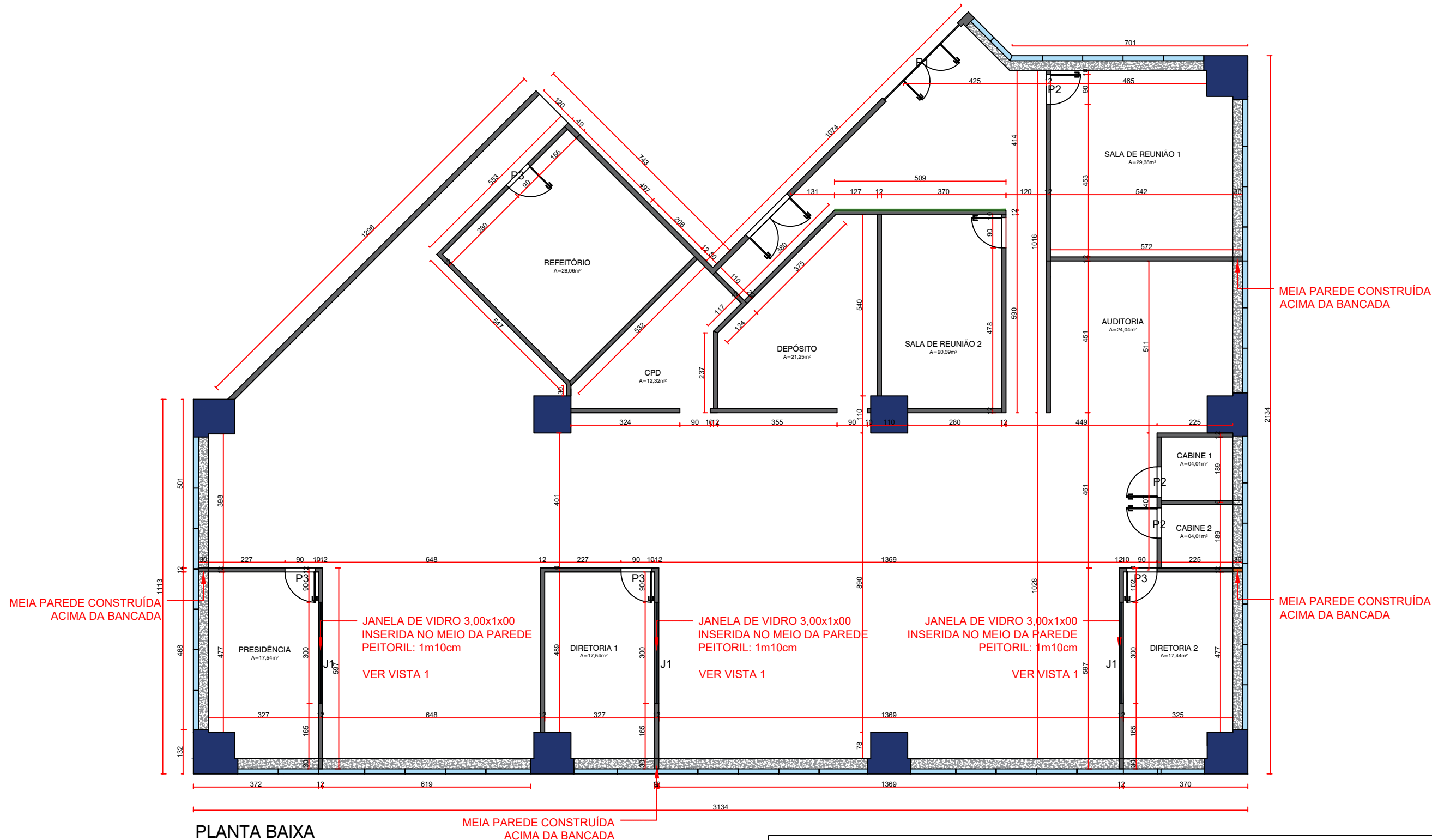


Área (m2)	PROJETO DE ARQUITETURA DE INTERIORES	Nº da prancha:
APROXIMADAMENTE ÁREA TOTAL - 527,65m²	PLANTA BAIXA ORIGINAL	1/8
	ARQUITETA BÁRBARA MONTURIL	
	CLIENTE: ABGF - Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias	Data: JAN/2026
	ENDEREÇO: Setor Comercial Norte, Quadra 02, Bloco A, 6º ANDAR - EDIFÍCIO CORPORATE FINANCIAL	Escala: 1:100









PLANTA BAIXA  
TÉCNICA  
ESC. 1:100

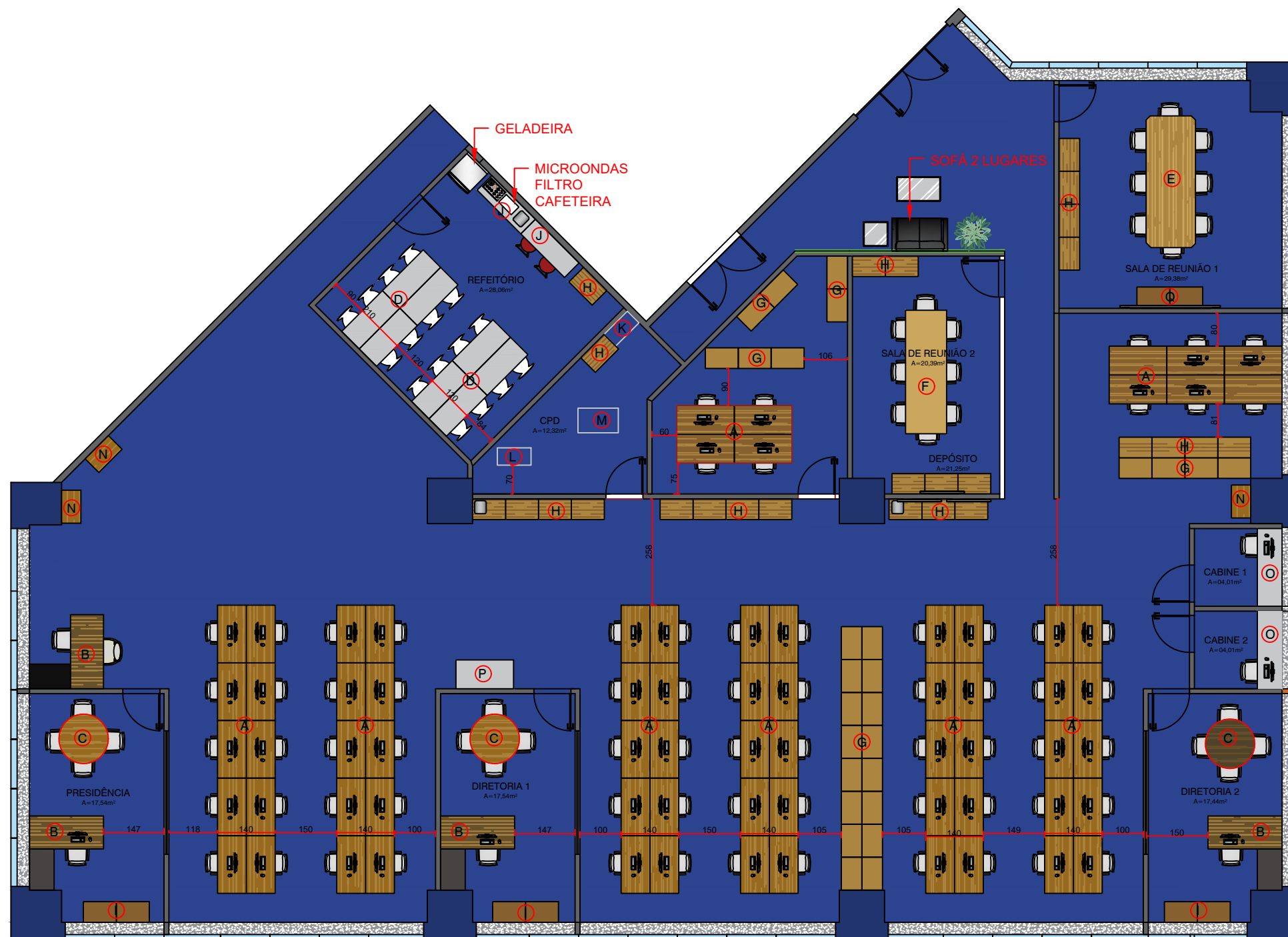
## LEGENDA E QUADRO DE ESQUADRIAS

	PAREDES CONSTRUÍDAS - PINTURA NA COR CINZA OU PAPEL PICADO	P1 - 315X257 - MANTER
	PILAR - PINTURA NA COR CINZA OU PAPEL PICADO	P2 - 90X210 - GIRO - VIDRO
	BANCADA DE GRANITO EXISTENTE - H: 96cm	P3 - 90X210 - GIRO - MADEIRA
	PINTURA COR AZUL MEDITERRÂNEO FOSCO - 12,72m²	J1 - 300X100
		PÉ DIREITO: 2,50



Área (m²)	PROJETO DE ARQUITETURA DE INTERIORES	Nº da prancha:
APROXIMADAMENTE ÁREA TOTAL - 527,65m²	PLANTA BAIXA TÉCNICA	3/8
	ARQUITETA BÁRBARA MONTURIL	
	CLIENTE: ABGF - Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias	Data: JAN/2026
	ENDEREÇO: Setor Comercial Norte, Quadra 02, Bloco A, 6º ANDAR - EDIFÍCIO CORPORATE FINANCIAL	Escala: 1:100





## LEGENDA - CxPxX

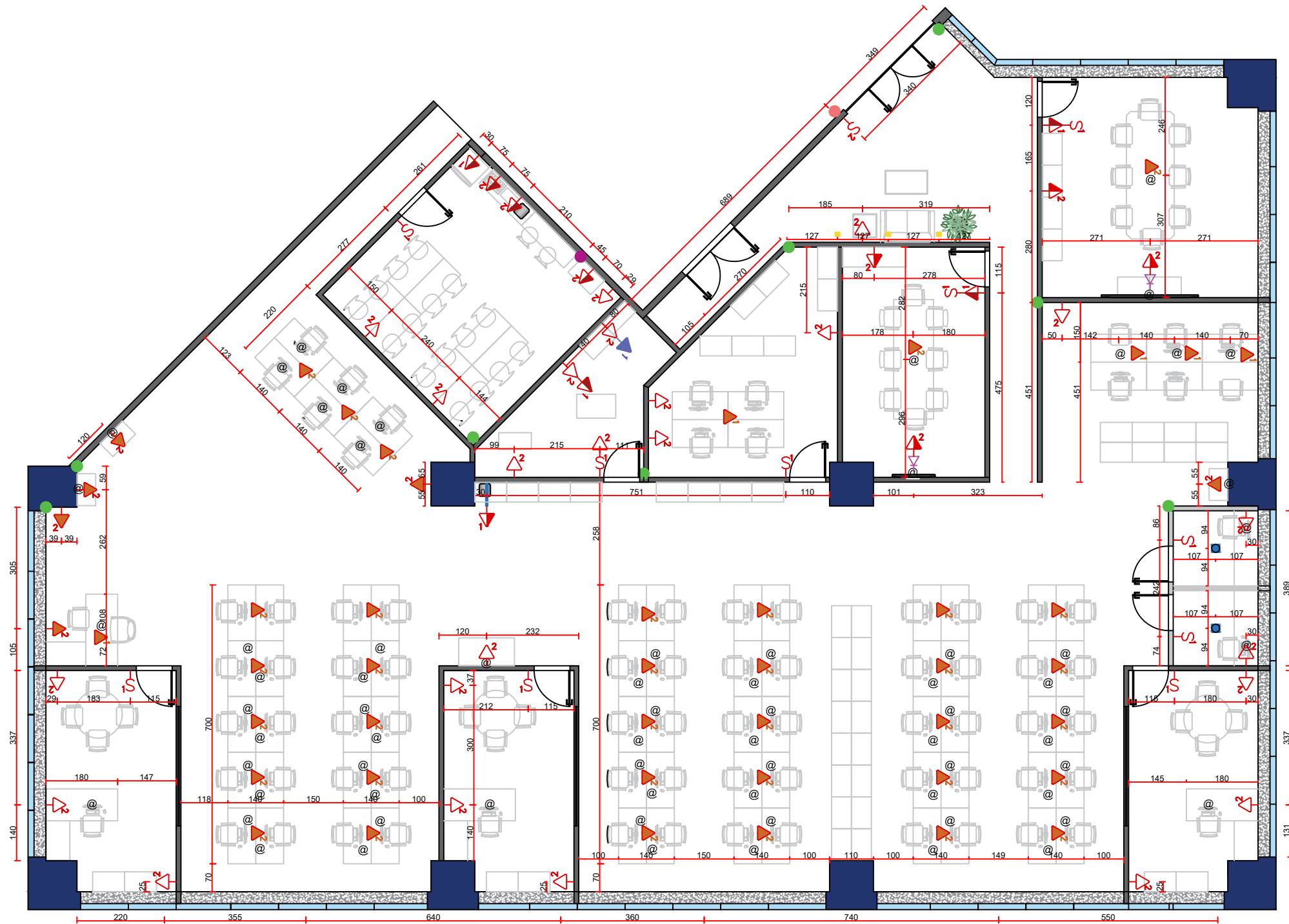
- (A) ESTAÇÃO DE TRABALHO EXISTENTE - 140X140X75
- (B) MESA EM "L" EXISTENTE - 180x180X75
- (C) MESA REDONDA EXISTENTE - 120X120X75
- (D) MESA EXISTENTE REFEITÓRIO - 140X60X75
- (E) MESA REUNIÃO GRANDE EXISTENTE - 320X120
- (F) MESA REUNIÃO PEQUENA EXISTENTE - 300X120
- (G) ARMÁRIO ALTO EXISTENTE - 80x50x200
- (H) ARMÁRIO MÉDIO EXISTENTE - 80x50x110
- (I) ARMÁRIO BAIXO EXISTENTE - 80x50x75
- (J) BANCADA EXISTENTE REFEITÓRIO - 150x50x103
- (K) BANCO DE BATERIA - 80x40x92
- (L) HACK SIMPLES - 82x42x200
- (M) HACK SERVIDOR - 98x60x200
- (N) MESA IMPRESSORA - 80x47x40
- (O) BANCADA NOVA - 189x60x75
- (P) MESA EXISTENTE APOIO - 140x70x75
- (Q) ARMÁRIO BAIXO COMPRIDO - 140x46x75

PLANTA BAIXA  
LAYOUT  
ESC. 1:100



Área (m2)	PROJETO DE ARQUITETURA DE INTERIORES	Nº da prancha:
APROXIMADAMENTE ÁREA TOTAL - 527,65m²	PLANTA BAIXA LAYOUT	4/8
	ARQUITETA BÁRBARA MONTURIL	
	CLIENTE: ABGF - Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias	Data: JAN/2026
	ENDEREÇO: Setor Comercial Norte, Quadra 02, Bloco A, 6º ANDAR - EDIFÍCIO CORPORATE FINANCIAL	Escala: 1:100





### LEGENDA - PONTOS

- TOMADA BAIXA - .30cm DO PISO ACABADO
- TOMADA MÉDIA - 1,20 A 1,30cm DO PISO ACABADO
- TOMADA ALTA - 2,20 A 2,25cm DO PISO ACABADO
- PONTO BAIXO PARA NOBREAK
- TOMADA DE PISO - .DEFINIR QUANTIDADE DE PONTOS
- INTERRUPTOR SIMPLES - 1,20 A 1,30 DO PISO ACABADO
- PONTO PARA TV
- CFTV - PONTO AÉREO PARA CÂMERA E REDE
- PONTO INTERFONE COM LEITOR FACIAL
- PONTO PARA VOIP
- @ PONTO LÓGICO DE REDE INDIVIDUAL
- PAINEL DE LED DE EMBUTIR 20X20
- SPOT DE EMBUTIR 10X10

OBS¹.: PREVÊ PONTO PARA DOIS AR- CONDICIONAS NO CPD;

OBS².: OTIMIZAR OS NOVOS PONTOS DE PISO COM OS PONTOS EXISTENTES;

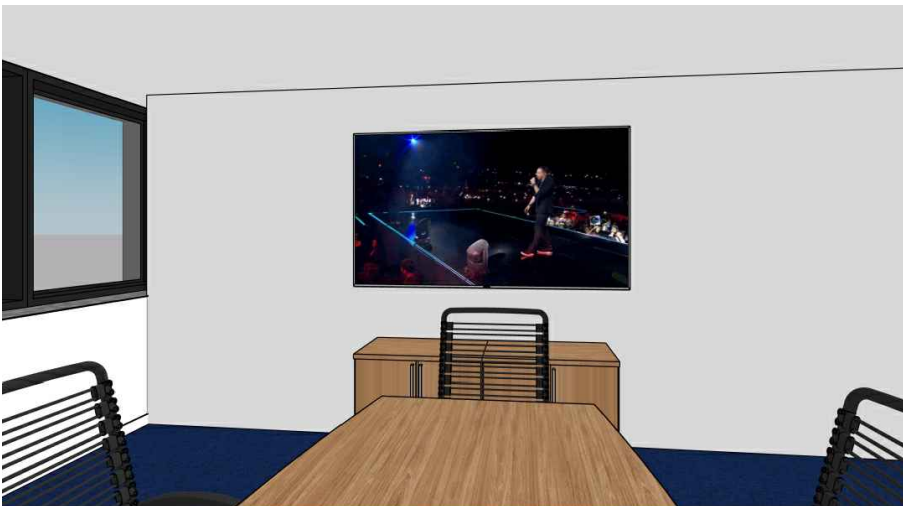
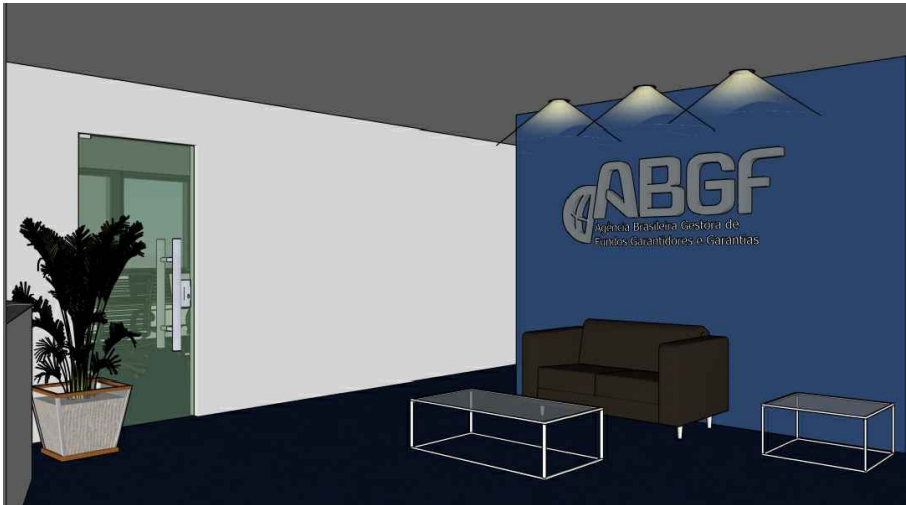
OBS³.: REMANEJAR PAINÉIS DE ILUMINAÇÃO EXISTENTES SEGUINDO A DIVISÃO DOS AMBIENTES FECHADOS.

PLANTA BAIXA  
PONTOS DE REDE, ELÉTRICOS E HIDRAÚLICOS  
ESC. 1:100



Área (m2)	PROJETO DE ARQUITETURA DE INTERIORES	Nº da prancha:
APROXIMADAMENTE ÁREA TOTAL - 527,65m²	PLANTA BAIXA DE PONTOS DE REDE/ELÉTRICOS/HIDRAÚLICOS	5/8
	ARQUITETA BÁRBARA MONTURIL	
	CLIENTE: ABGF - Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias	Data: JAN/2026
	ENDEREÇO: Setor Comercial Norte, Quadra 02, Bloco A, 6º ANDAR - EDIFÍCIO CORPORATE FINANCIAL	Escala: 1:100



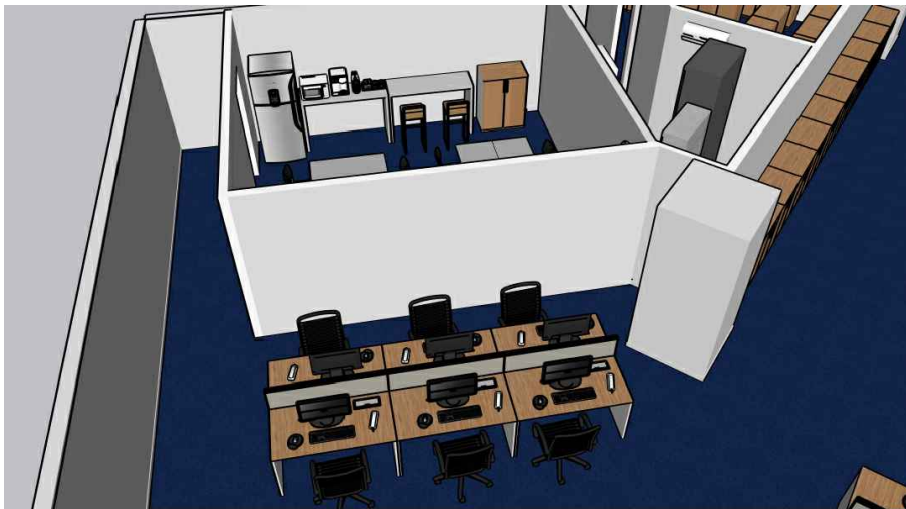
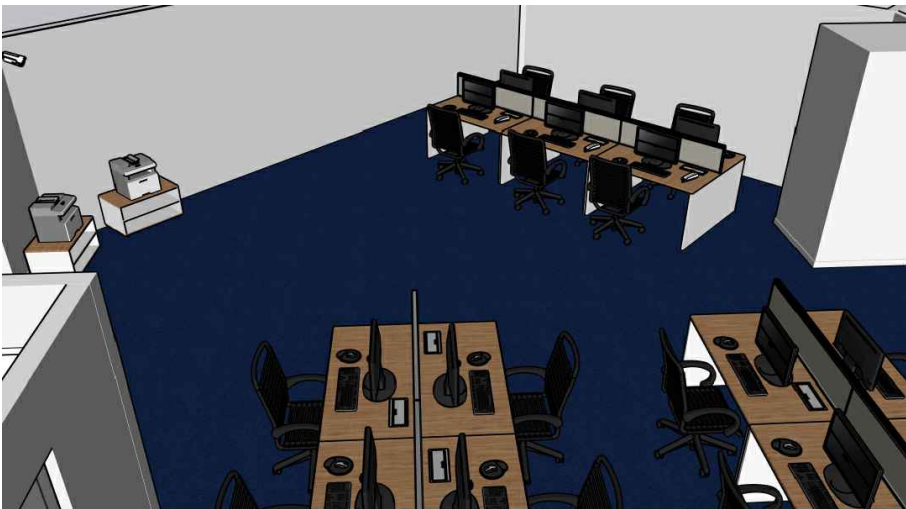
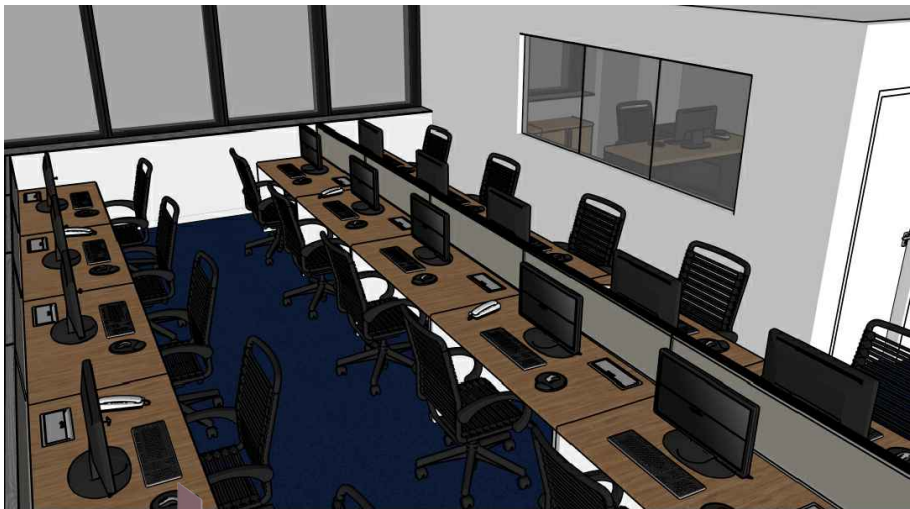
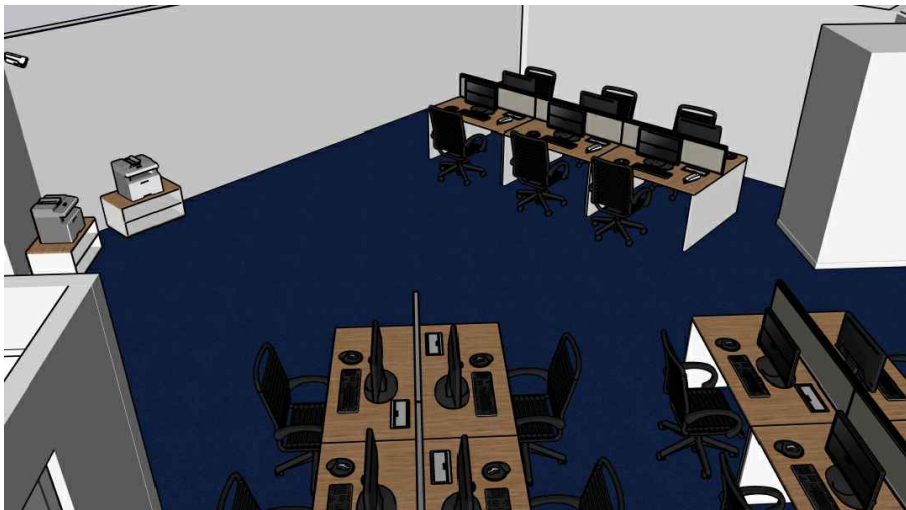


BÁRBARA MONTURIL  
ARQUITETURA & INTERIORES



Área (m2)	PROJETO DE ARQUITETURA DE INTERIORES	Nº da prancha:
APROXIMADAMENTE ÁREA TOTAL - 527,65m²	IMAGENS 3D	6/8
	ARQUITETA BÁRBARA MONTURIL	
	CLIENTE: ABGF - Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias	Data: JAN/2026
	ENDEREÇO: Setor Comercial Norte, Quadra 02, Bloco A, 6º ANDAR - EDIFÍCIO CORPORATE FINANCIAL	Escala: 1:100



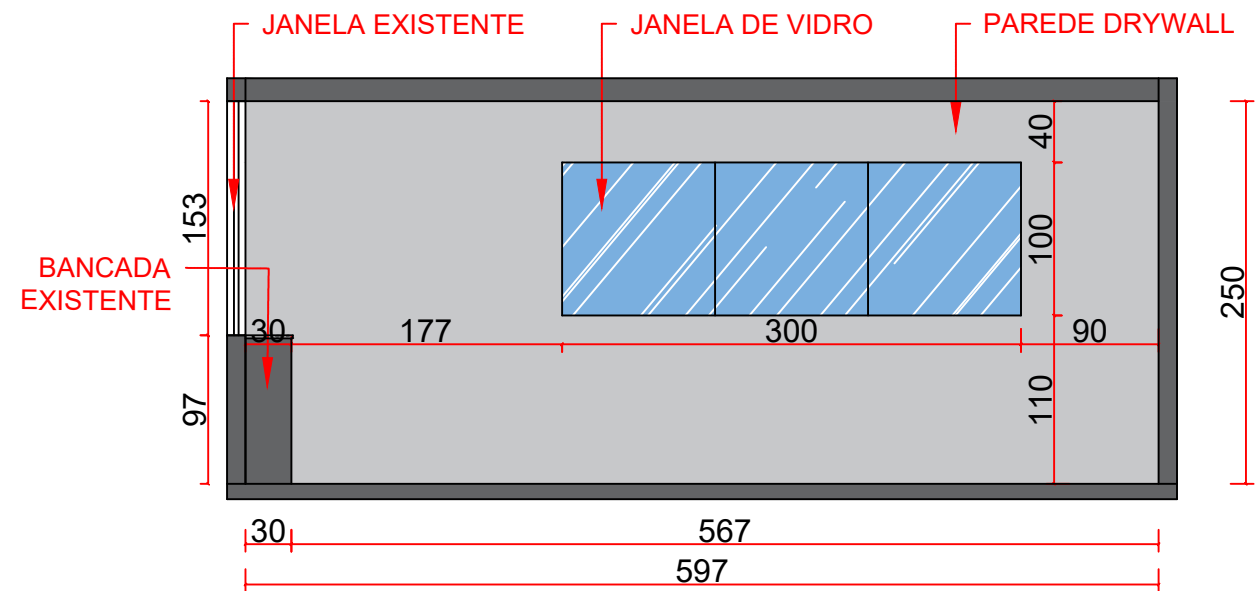


BÁRBARA MONTURIL  
ARQUITETURA & INTERIORES



Área (m2)	PROJETO DE ARQUITETURA DE INTERIORES	Nº da prancha:
APROXIMADAMENTE ÁREA TOTAL - 527,65m²	IMAGENS 3D	7/8
	ARQUITETA BÁRBARA MONTURIL	
	CLIENTE: ABGF - Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias	Data: JAN/2026
	ENDEREÇO: Setor Comercial Norte, Quadra 02, Bloco A, 6º ANDAR - EDIFÍCIO CORPORATE FINANCIAL	Escala: 1:100





VISTA 1  
DETALHE PAREDE SALAS INDIVIDUAIS  
ESC. 1:100

Área (m2)	PROJETO DE ARQUITETURA DE INTERIORES	Nº da prancha:
APROXIMADAMENTE ÁREA TOTAL - 527,65m²	IMAGENS E DETALHE PAREDE SALAS INDIVIDUAIS	8/8
	ARQUITETA BÁRBARA MONTURIL	
	CLIENTE: ABGF - Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias	Data: JAN/2026
	ENDEREÇO: Setor Comercial Norte, Quadra 02, Bloco A, 6º ANDAR - EDIFÍCIO CORPORATE FINANCIAL	Escala: 1:100



## MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 17909.000065/2026-71

Unidade Gestora: 926397

**CONTRATO Nº XX/2026, QUE CELEBRAM  
ENTRE SI A AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE  
FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A. E A  
EMPRESA XXXXXX**

A **AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A. - ABGF**, empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede Setor Comercial Norte, Quadra 02, Bloco A, 10º Andar, Sala 1002, Edifício Corporate Financial Center, Brasília-DF, CEP:70710-000, cadastrada no CNPJ/MF sob o nº 17.909.518/0001-45, representada por sua Presidente, **MAÍRA MADRID BARBOSA DA SILVA**, brasileira, solteira, economista, portadora do RG nº 44959434 SSP/SP, e do CPF nº \*\*\*.025.808-\*\*, empossada no dia 18 de março de 2024, e eleita pelo Conselho de Administração no dia 07 de março de 2024, e pela Diretora Administrativo e Financeira, **ADRIANA PARANHOS PINTO**, brasileira, casada, advogada, portadora do RG nº 21.704.735 SSP/SP, e do CPF nº \*\*\*.980.028-\*\*, empossada no dia 02 de abril de 2024, e eleita pelo Conselho de Administração no dia 26 de março de 2024, doravante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por \_\_\_\_\_, brasileiro, solteiro, empresário portador do RG nº \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_ e no CPF/MF nº \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente Contrato, em conformidade com o que consta do Processo Administrativo nº 17909.000065/2026-71-SEI/ABGF, referente ao Pregão Eletrônico nº 90001/2026, e com fundamento na Lei nº 13.303/2016, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em engenharia civil para a execução de reforma e adequação de espaço físico para alocação do Centro de Processamento de Dados - CPD, incluindo a implantação da infraestrutura de rede elétrica e lógica, na nova sede da ABGF.

### 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

#### 2.1. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO - ITEM 1

2.1.1. A **1ª Etapa da reforma** compreende os serviços preliminares de demolição leve e preparação do ambiente, incluindo a retirada dos revestimentos existentes, abertura do forro mineral e a remoção e destinação adequada dos entulhos gerados, possibilitando o início das etapas subsequentes da reforma:

I - **Percentual financeiro da etapa:** 20% do valor total da reforma.

Item	Descrição da Atividade	Percentual Financeiro (R\$)
1	Retirada do piso carpete	
2	Retirada do piso flutuante	
3	Abertura do forro mineral	
4	Remoção e carregamento de entulhos	
5	Outros	
Total da 1ª Etapa		R\$

**Obs: A Contratada deverá proceder à retirada do carpete, garantindo a manutenção de suas condições originais, de modo a assegurar sua posterior reposição na 3ª etapa.**

2.1.2. A **2ª Etapa da reforma** compreende o **fornecimento dos principais materiais**, bem como a execução inicial dos serviços de instalação e acabamento, incluindo o *drywall*, divisórias de vidro, portas, rodapés e serviços de pintura, assegurando as condições necessárias para a finalização da reforma e a etapa subsequente.

I - **Percentual financeiro da etapa:** 40% do valor total da reforma - **Caracterização da etapa:** Fornecimento de materiais e início dos serviços de instalação/acabamento:

Item	Descrição da Atividade	Percentual Financeiro (R\$)
1	Fornecimento de placas em <i>drywall</i> (0023018)	



2	Fornecimento de ferragens em geral para <i>drywall</i>	
3	Fornecimento de divisória de vidro 3,20 x 1,00 com perfil de alumínio tipo “U” e silicone para acabamento	
4	Fornecimento de rodapé	
5	Fornecimento de silicone base d’água branco - 430 g	
6	Emassamento e pintura com tinta acetinada	
7	Fornecimento e instalação de portas na cor branca, com maçaneta, fechadura, portal e alisar	
8	Outros	

Total da 2ª Etapa

R\$

2.1.3. A 3ª Etapa da reforma compreende a **finalização integral dos serviços**, incluindo a conclusão dos fechamentos, execução das pinturas internas e externas das alas privativas e das salas de reuniões, bem como os ajustes finais necessários para a plena conformidade com o **layout arquitetônico aprovado**, culminando na **entrega do projeto executado** e liberação definitiva da área.

I - **Percentual financeiro da etapa:** 40% do valor total da reforma - **Caracterização da etapa:** Conclusão, acabamentos finais e entrega do projeto conforme layout arquitetônico:

Item	Descrição da Atividade	Percentual Financeiro (R\$)
1	Conclusão do fechamento em drywall e ajustes finais	
2	Preparação de superfícies (lixamento, correções e limpeza técnica)	
3	Pinturas internas das salas privativas	
4	Pinturas internas das salas de reuniões - com parede reforçada para a instalação de televisor de 85´polegadas	
5	Pinturas externas e acabamentos finais	
6	Entrega do projeto executado conforme layout arquitetônico aprovado (as built)	
7	Reinstalar o carpete retirado na 1ª etapa	
8	Outros	

Total da 3ª Etapa

R\$

2.2. Os valores acima correspondem aos percentuais de execução física previstos para cada etapa da reforma, estando os desembolsos condicionados à **comprovação da execução dos serviços e/ou entrega dos materiais**, conforme cronograma físico financeiro aprovado e atestado pelo Fiscal/substituto do Contrato.

2.3. O controle das etapas de execução, das vistorias e da análise do cronograma será realizado pelo Fiscal do Contrato ou por seu substituto formalmente designado, com base no levantamento constante da Matriz de Riscos, anexo a este Projeto.

2.4. **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO - ITEM 2**

2.4.1. A 1ª Etapa compreende os serviços preparatórios e de infraestrutura básica necessários à implantação do CPD, incluindo a execução dos fechamentos da sala, adequações preliminares do ambiente e demais intervenções iniciais previstas em projeto. Essa fase tem por objetivo viabilizar as condições físicas e técnicas para a continuidade da execução dos serviços, assegurando a conformidade com o projeto arquitetônico e o cronograma físico financeiro aprovado.

I - **Percentual financeiro da 1ª etapa:** 20% do valor total da execução dos serviços

Item	Descrição	Percentual Financeiro (R\$)
1	Fornecimento de placa em drywall	
2	Fornecimento de ferragens para drywall (montante de 7 cm)	
3	Emassamento e pintura com tinta acetinada	
4	Fornecimento e instalação de portas (maçaneta, fechadura, portal e alisar)	
5	Revisão e adequação dos pontos iniciais de insuflamento	
6	Retirada de piso flutuante e carpete	
7	Adequação de pontos de detecção de incêndio	
8	Outros	

Subtotal - 1ª Etapa

R\$

2.4.2. A 2ª Etapa - **Intermediária** corresponde à fase de desenvolvimento da execução dos serviços, contemplando a **execução das instalações elétricas**, revisões e adequações técnicas necessárias ao pleno atendimento das especificações do projeto. Nessa etapa, são implementados os sistemas essenciais ao funcionamento do CPD, garantindo **segurança, confiabilidade operacional e compatibilidade com os equipamentos de tecnologia da informação**.

I - **Percentual da etapa:** 40% do valor total da execução dos serviços



Item	Descrição	Percentual Financeiro (R\$)
01	Revisão geral e adequação das instalações elétricas conforme projeto	
<b>Subtotal - 2ª Etapa</b>		<b>R\$</b>

2.4.3. A **3ª Etapa - Final** refere-se à conclusão da execução dos serviços, abrangendo a **instalação do cabeamento de rede estruturado e certificado**, com integração ao rack fornecido pela Contratante, bem como os ajustes finais e testes necessários. Esta fase culmina na **entrega do ambiente plenamente funcional**, em conformidade com o projeto arquitetônico, normas técnicas aplicáveis e requisitos operacionais de tecnologia da informação.

**I - Percentual da etapa: 40% do valor total da execução dos serviços**

Item	Descrição	Percentual Financeiro (R\$)
01	Instalação de pontos de cabo de rede estruturado e certificado, com rack fornecido pelo Contratante	
<b>Subtotal - 3ª Etapa</b>		<b>R\$</b>

2.5. A **CONTRATADA** deverá **implantar o circuito de contingência predial**, conforme indicação da **CONTRATANTE**, observados os **limites e restrições estabelecidos pelo Edifício Corporate**.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL E INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A prestação dos serviços, deverá ser realizada no seguinte endereço: Setor Comercial Norte, Quadra 02, Bloco A nº 190, 6º andar, sala 604, Edifício Corporate Financial Center, CEP: 70.712-900 - Brasília -DF.

3.2. A execução dos serviços deverá ser finalizada em até **60 (sessenta) dias**, a partir da autorização da Gerência Administrativa, a qual será formalizada por correspondência eletrônica.

3.3. Os serviços serão prestados em conformidade com os horários estabelecidos pela administradora do Condomínio, podendo, a seu critério, haver flexibilização de determinadas atividades, desde que não ocasionem transtornos aos demais condôminos.

### 4. CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1. Após a conclusão dos serviços, a **CONTRATADA** deverá comunicar formalmente a **CONTRATANTE**, por meio de expediente dirigido à Gerência Administrativa, solicitando o recebimento provisório.

4.2. Constatado o cumprimento integral das condições contratuais, o Fiscal do Contrato ou seu substituto, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento da solicitação, emitirá 02 (duas) vias do **Termo de Recebimento Provisório**, sendo uma delas entregue à **CONTRATADA**.

4.3. Na hipótese de verificação de descumprimento ou cumprimento irregular de quaisquer das condições contratuais, o Fiscal do Contrato ou seu substituto indicará as correções e complementações necessárias ao recebimento provisório, fixando prazo para a devida regularização, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

4.4. Decorrido o prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o Recebimento Provisório, a fiscalização da **CONTRATANTE**, mediante aprovação da chefia imediata, procederá ao **Recebimento Definitivo**.

4.5. O Fiscal do Contrato ou seu substituto realizará vistoria dos serviços, com vistas à verificação do atendimento a todas as condições contratuais e técnicas, nos termos da legislação aplicável, do Projeto Básico e do Contrato.

4.6. O **Recebimento Definitivo** do objeto somente será efetivado após a conclusão integral dos serviços contratados e a apresentação, pela **CONTRATADA**, dos seguintes documentos:

a) Apresentação de todos os projetos “as built” dos serviços, nas formas digital e impressa, devidamente assinados pelos respectivos responsáveis técnicos, bem como duas cópias adicionais em meio digital, identificadas, contendo todas as plantas e documentos complementares, gravados em arquivos editáveis;

b) Cópia do Diário da execução dos serviços;

c) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive aqueles relativos ao INSS;

d) Certificado de Regularidade do FGTS, bem como comprovação do pagamento das demais taxas, tributos e encargos incidentes sobre o objeto do Contrato;

e) Comprovação do cumprimento de todas as obrigações da **CONTRATADA** previstas na **Cláusula Segunda deste Contrato**.

f) Garantia da execução dos serviços, nos termos do art. 618 do Código Civil.

4.7. Verificado o adequado cumprimento de todas as condições contratuais, o Fiscal do Contrato ou por seu substituto receberá definitivamente os serviços, e emitirá o **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**, sendo uma entregue à **CONTRATADA**.

4.8. Na hipótese de, durante a vistoria realizada pelo Fiscal do Contrato ou por seu substituto, se constatada a inadequação do objeto aos termos deste Contrato, será indicada as correções e complementações necessárias ao Recebimento Definitivo, fixando prazo para a regularização das irregularidades, sem prejuízo da aplicação das



penalidades cabíveis.

4.9. Uma vez sanadas as irregularidades, a **CONTRATADA** deverá comunicar formalmente a **CONTRATANTE**, por meio de expediente dirigido ao Fiscal do Contrato, que ficará encarregado de proceder ao Recebimento Definitivo.

4.10. O prazo para a emissão do **Termo de Recebimento Definitivo** será de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação escrita da **CONTRATADA**.

4.11. A aceitação dos serviços pela **CONTRATANTE** não exime a **CONTRATADA** de suas responsabilidades legais, que permanecem nos termos da legislação aplicável.

## **5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

5.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

5.2. Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento do objeto que estiver em desacordo com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**.

5.3. Permitir o acesso dos empregados da **CONTRATADA**, desde que devidamente identificados, às suas dependências, para execução de serviços referentes ao objeto contratado, se necessário.

5.4. Receber o fornecimento do objeto verificando as condições de entrega, conferindo a compatibilidade das especificações constantes da Nota Fiscal e no Projeto Básico, atestando seu recebimento.

5.5. Rejeitar, com a devida justificativa, o fornecimento do objeto dessa contratação, entregues fora das especificações descritas no Projeto Básico e neste Contrato, arcando a **CONTRATADA** com o ônus decorrente do fato.

5.6. Comunicar formalmente, circunstanciada e tempestivamente à **CONTRATADA**, qualquer anormalidade havida durante a execução deste Contrato.

5.7. Suspender o pagamento da Nota Fiscal se houver obrigação contratual pendente por parte da **CONTRATADA**, no tocante à inexecução ou à prestação insatisfatória a contento do serviço, até a completa regularização.

5.8. Responsabilizar-se pelos pagamentos dos serviços recebidos dentro do prazo estabelecido no Projeto Básico e neste Contrato.

5.9. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela **CONTRATADA**.

## **6. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1. Previamente à execução dos serviços a **CONTRATADA** deverá registrar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto aos órgãos competentes e ao condomínio.

6.2. Executar fielmente o Contrato, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas vigentes.

6.3. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da **CONTRATANTE**, prestando em até 02 (duas) horas a partir do recebimento, todos os esclarecimentos solicitados, de forma clara, concisa e lógica, atendendo prontamente às reclamações formuladas, tomando imediatamente as providências necessárias para a correção, evitando repetição de fatos.

6.4. Nomear e apresentar à Gerência Administrativa da **CONTRATANTE**, o Preposto que irá intermediar a comunicação entre as partes, durante o todo o período de duração do Contrato.

6.5. **Apresentar aos seus empregados, inclusive ao Preposto, o Código de Conduta e Integridade da ABGF, disponível no site da CONTRATANTE: <https://www.abgf.gov.br/comite-de-etica/>.**

6.6. Manter seus empregados providos de Equipamentos de Proteção Individual - EPI, e ainda fornecer crachá de identificação, sem ônus para a **CONTRATANTE**, contendo a razão social da empresa, nome, Categoria Profissional e com fotografias recentes, sendo de uso obrigatório para acesso às dependências da **CONTRATANTE**.

6.7. Manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinadoras e demais regulamentos em vigor nas dependências da **CONTRATANTE**, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes.

6.8. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que venham a serem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços ou outros que mantenham vínculo com esses, ainda que nas dependências da **CONTRATANTE**, cumprindo todas as suas obrigações que as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências para o exercício das atividades.

6.9. Cumprir integralmente o cronograma físico de execução, observando os prazos intermediários e o prazo final contratual.

6.10. Submeter-se à fiscalização técnica e administrativa exercida pelo Fiscal do Contrato ou por seu substituto formalmente designado.

6.11. Permitir e facilitar a realização de vistorias, inspeções e medições em qualquer fase da execução.

6.12. Executar os serviços em conformidade com o projeto, especificações técnicas e demais documentos contratuais.

6.13. Adotar todas as medidas de mitigação dos riscos atribuídos à **CONTRATADA**, conforme previsto na **Matriz de Riscos**, anexo a este Contrato.

6.14. Comunicar imediatamente à fiscalização a ocorrência de fatos que possam impactar prazo, custo ou qualidade.



- 6.15. Cumprir integralmente as normas de Segurança e Saúde do Trabalho - SST.
- 6.16. Reparar, às suas expensas, eventuais danos causados ao patrimônio da **CONTRATANTE** ou de terceiros.
- 6.17. Atender prontamente às determinações da fiscalização.
- 6.18. Reconhecer que a Matriz de Riscos integra o contrato para todos os fins.
- 6.19. A **CONTRATADA** deverá assinar a **Declaração da Política da Segurança da Informação** de modo a zelar e responder pela privacidade e sigilo das informações, de modo a assegurar que as informações de propriedade da **CONTRATANTE** não sejam divulgadas a terceiros sem prévia autorização.
- 6.20. A **CONTRATADA** deverá assinar a **Declaração de Vedação ao Nepotismo**, declarando que seu(s) sócio(s), dirigente(s) ou administrador(es) não é(são) empregado(s) ou dirigente(a) da **CONTRATANTE** não possui(em) vínculo familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, nos termos dos artigos 1.591 a 1.595 da Lei nº 10.406/2002 - Código Civil) com qualquer dos empregados ou dirigentes da **CONTRATANTE**.
- 6.21. A **CONTRATADA** deverá assinar a Declaração relativa à conformidade das disposições da Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, **Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD**, no que toca ao tratamento de dados pessoais necessário para execução desta contratação.
- 6.22. A **CONTRATADA** deverá assinar a **Declaração de Partes Relacionadas**, declarando que a empresa não possui em seu quadro de administração, pessoa com influência relevante ou envolvida em decisão de interesse exclusivo da ABGF.
- 6.23. A **CONTRATADA** deverá assinar o **Termo de Ciência da Política de Integridade da ABGF**, declarando ter recebido e tomado conhecimento da Política.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 7.1. Nos termos dos artigos 82 a 84 da Lei nº 13.303/16, em decorrência de atraso injustificado na execução do contrato, ou, ainda, pela sua inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas à **CONTRATADA**, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:
- a) advertência;
  - b) multa, na forma prevista no Projeto Básico ou neste Contrato;
  - c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- 7.2. A advertência e a suspensão poderão ser aplicadas juntamente com a multa, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 7.3. As multas poderão ser de natureza moratória ou compensatória, e poderão ser aplicadas cumulativamente, desde que seja aberto processo administrativo para este fim.
- 7.4. Na aplicação das multas, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório, deverá ser observado o princípio da proporcionalidade estritamente necessário ao atendimento do interesse da ABGF, tendo por parâmetro os seguintes percentuais:
- a) de 0,2% (dois décimos por cento) a 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso, no caso de multa moratória e;
  - b) até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor inadimplido do Contrato, para multa compensatória.
- 7.5. A multa a que alude esta cláusula não impede que a **CONTRATANTE** rescinda o contrato e aplique outras sanções previstas na Lei nº 13.303/16.
- 7.6. Em consonância o disposto no art. 84, da Lei nº 13.303/2016, as sanções previstas no subitem 7.1. poderão ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:
- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CONTRATANTE** em virtude de atos ilícitos praticados.
- 7.7. Se a falha detectada ocorrer por comprovado impedimento ou por motivo de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela **CONTRATANTE** a empresa **CONTRATADA** ficará isenta das penalidades mencionadas nesta Cláusula.
- 7.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa da **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 13.303, de 2016, nos normativos internos da **CONTRATANTE** e, supletivamente, na Lei nº 9.784, de 1999.
- 7.9. Na aplicação das sanções, a **CONTRATANTE** levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 7.10. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF, por força dos incisos I a III do art. 34 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
- 7.11. Sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas e das demais cominações legais e contratuais cabíveis, a **CONTRATADA** será obrigada a reparar, corrigir, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos da legislação em vigor.



## 8. CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR

8.1. O valor correspondente ao **Item 1** é de R\$ xxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx) e o valor do **Item 2** é de R\$ xxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

8.2. O valor total deste Contrato é de R\$ xxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), a ser desembolsado conforme o cronograma físico-financeiro descrito na Cláusula Segunda deste instrumento.

## 9. CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta do Programa de Dispendios Globais - PDG 2026, sob a Rubricas Orçamentárias 2.107.010.200 - Móveis, Máquinas e Equipamentos e 2.107.010.310 - Aquisição de Equipamentos de Tecnologia da Informação.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO

10.1. Nos termos do art. 71 da Lei nº 13.303/2016, o prazo de duração do Contrato será de 06 (seis) meses, contados a partir do dia \_\_/\_\_/2026, data de sua celebração, sem previsão de prorrogação.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

11.1. Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da respectiva Nota Fiscal/Fatura, de acordo com as condições e preços ajustados no contrato, conforme determina a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11.01.2012, publicada no Diário Oficial de 12.01.2012.

11.2. Antes do pagamento da fatura, a **CONTRATANTE** deverá anexar aos autos as seguintes certidões:

a) Certidão do Sistema Unificado de Fornecedores - SICAF;

b) Consulta TCU Consolidada, conforme sítio: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

11.3. O fiscal terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da nota fiscal, para analisá-la, atestá-la e encaminhá-la para pagamento, ou devolvê-la à prestadora de serviços, para correção de falhas porventura existentes.

11.4. Não será admitido o pagamento antecipado sob qualquer pretexto.

11.5. Para atendimento do Ajuste SINIEF nº 07/05, com nova redação dada pelo Ajuste SINIEF nº 08/10 (Cláusula Décima), é necessário que por ocasião da emissão de suas Notas Fiscais, a **CONTRATADA** envie o arquivo digital denominado XML com as respectivas notas fiscais eletrônicas emitidas para o endereço eletrônico a ser definido pela **CONTRATADA**.

11.6. Os contribuintes que não se enquadrarem no estabelecido pelo Ajuste SINIEF nº 07/05 com nova redação dada pelo Ajuste SINIEF 08/10 (cláusula décima), por ocasião da assinatura do Contrato deverão elaborar e encaminhar, concomitante, declaração à **CONTRATANTE** informando essa condição.

11.7. As Notas Fiscais/Faturas deverão ser emitidas pela própria **CONTRATADA**, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais e da matriz.

11.8. No caso de fatura emitida com erro, esta será devolvida ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data de sua reapresentação.

11.9. Da mesma forma no caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive nas Notas Fiscais/Faturas, serão estes restituídos à **CONTRATADA** para correções solicitadas, não implicando a **CONTRATANTE** quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes

11.10. Deverá constar na Nota Fiscal ou Fatura o detalhamento dos serviços executados, o nome do banco, o número da agência, a praça e o número da conta, para que lhe seja efetuado o crédito bancário referente ao pagamento.

11.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela **CONTRATANTE**, entre a data em que a fatura ou nota fiscal for devidamente atestada pelo Fiscal deste Contrato e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, a ser incluído na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, deve ser calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 => (I = (6/100)/365) => 6 = taxa anual de 6%

11.12. A **CONTRATANTE** poderá deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**, nos termos do Contrato.

11.13. A **CONTRATANTE** não fará nenhum pagamento à **CONTRATADA** antes de pagas ou relevadas (remissas) as multas que porventura lhe tenham sido aplicadas.

11.14. Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresa de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal/Fatura a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato consistem na verificação da conformidade dos serviços prestados, bem como da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento deste Contrato, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da **CONTRATANTE**.



12.2. O Fiscal do Contrato, ou seu substituto, exigirá o cumprimento dos serviços na forma de execução estabelecida no Projeto Básico, inclusive no que se refere à adoção, por parte da **CONTRATANTE**, dos critérios de sustentabilidade nele previstos.

12.3. O Fiscal do Contrato ou seu substituto deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

12.4. O Fiscal do Contrato ou seu substituto, ao verificar qualquer inconformidade deverá comunicar à Gerência Administrativa - GERAD, em tempo hábil, para que sejam adotadas as medidas convenientes e necessárias a cada caso, ensejando notificação à **CONTRATADA**, para a adequação contratual.

12.5. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela **CONTRATADA** ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Projeto Básico, neste Contrato, e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

12.6. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos.

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

13.1. O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no Artigo 81 da Lei nº 13.303/2016, e na vigente Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017 - Anexo X.

13.2. A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços objeto deste Contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Instrumento contratual.

### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. Este Contrato poderá ser rescindido por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas no Projeto Básico e neste Contrato, sem prejuízo das sanções estabelecidas.

14.2. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.3. Será considerada falta grave, para fins de rescisão contratual a não manutenção das condições de habilitação.

14.4. Na hipótese de rescisão unilateral pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** isenta integralmente a **CONTRATANTE** do pagamento de quaisquer multas ou encargos advindos da extinção antecipada do Contrato.

### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei nº 13.303/2016 e dos normativos internos, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, além das regras gerais e princípios de Direito Público, sempre que cabíveis.

### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO

16.1. Este Contrato guarda conformidade com o Projeto Básico, com o Pregão Eletrônico nº 90001/2026, vinculando-se, ainda, à Proposta da **CONTRATADA** e demais documentos constantes do Processo SEI nº 17909.000065/2026-71-ABGF que, independentemente de transcrição, integram este Instrumento.

### 17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO E DA SUBROGAÇÃO

17.1. Não será permitida a subcontratação e a sub-rogação do objeto deste Contrato.

### 18. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal, em Brasília/DF, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

Representante legal da **CONTRATANTE**

(assinado eletronicamente)  
**MAÍRA MADRID BARBOSA DA  
SILVA**  
Presidente

(assinado eletronicamente)  
**ADRIANA PARANHOS PINTO**  
Diretora Administrativo-Financeira

Representante legal da **CONTRATADA**

(assinado eletronicamente)





Documento assinado eletronicamente por **Thisbe Rodrigues, Analista**, em 23/03/2026, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.abgf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.abgf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0023018** e o código CRC **7CCD06F7**.

**Referência:** Processo nº 17909.000065/2026-71

SEI nº 0023018



**ANEXO (MODELO)**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO**

Pelo presente instrumento, <RAZÃO SOCIAL>, inscrita no CNPJ sob o nº <NÚMERO DO CNPJ>, com sede no <ENDEREÇO DA EMPRESA>, representada por seu(ua) <CARGO>, <NOME COMPLETO>, portador(a) do Registro Geral nº <NÚMERO DO RG>, e inscrito(a) no CPF sob o nº <NÚMERO DO CPF>, **DECLARA** que:

( ) não possui vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com funcionários ou membros da Alta Administração da ABGF.

( ) não possui vínculo familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau) com funcionários ou membros da Alta Administração da ABGF.

( ) não tem e que não contratará prestador(es) para a execução de serviço objeto desta contratação, com vínculo familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau) com funcionários ou membros da Alta Administração da ABGF.

Representante legal da **CONTRATADA**

(assinado eletronicamente)

**NOME REPRESENTANTE CONTRATADA**



Documento assinado eletronicamente por **Thisbe Rodrigues, Analista**, em 05/02/2026, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.abgf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.abgf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0020588** e o código CRC **058CDE96**.

Setor Comercial Norte Quadra 02, Bloco A, nº 190, 10º andar, sala 1002 - Edifício Corporate Financial Center  
CEP 70712-900 - Brasília/DF

Telefone: (61) 3246-6200 - [www.abgf.gov.br](http://www.abgf.gov.br) - [seger@abgf.gov.br](mailto:seger@abgf.gov.br)

**Referência:** Processo nº 17909.000065/2026-71

SEI nº 0020588



## ANEXO (MODELO)

### PROPOSTA COMERCIAL

A empresa: \_\_\_\_\_ (razão social), devidamente inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº. \_\_\_\_\_ com sede na \_\_\_\_\_ (endereço completo), (telefone) e (endereço eletrônico), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, apresenta a seguinte proposta comercial:

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2025

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada em engenharia civil para a execução de reforma e adequação de espaço físico para alocação do Centro de Processamento de Dados - CPD, incluindo a implantação da infraestrutura de rede elétrica e lógica, na nova sede da ABGF.

À

**Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF.**

ITEM 1						
	QTDE (A)	UND.	PREÇO UNIT. MATERIAL (B)	PREÇO UNIT. MÃO-DE-OBRA (C)	PREÇO PARCIAL D = (B + C)	PREÇO TOTAL (A * D)
<b>ADMINISTRAÇÃO DA OBRA</b>						<b>R\$ -</b>
RESPONSÁVEL TÉCNICO DA OBRA ( ENGENHFEIRO)		MÊS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TAXA DO CREA		UND	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
MESTRE/ENCARREGD O GERAL		MÊS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TRANPORTE OPERACIONAL/FRETE S E LOGÍSTICA		UND	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
ALUGUEL DE FERRAMENTAS		UND	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
EPI(EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL)		UND	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
OUTROS - AQUI O LICITANTE PODE LANÇAR OUTROS CUSTOS		UND	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>SERVIÇOS INICIAIS</b>						<b>R\$ -</b>
RETIRADA DE PISO FLUTUANTE E CARPETE	500,00	m²	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
ABERTURA DE FORRO MINERAL	1,00	UND	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CARREGAMENTO DE ENTULHO ATÉ A CAÇAMBA	1,00	UND	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
ALUGUEL DE CAÇAMBA		UND	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
OUTROS - AQUI O LICITANTE PODE LANÇAR OUTROS CUSTOS		UND	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -



EXECUÇÃO DE PAREDE DRYWAL/VEDAÇÃO						R\$ -
FORNECIMENTO DE PLACA EM DRYWALL(SEM ISOLAMENTO ACÚSTICO)	260,00	m²	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
FORNECIMENTO DE FERRAGENS EM GERAL PARA DRYWALL(MONTANT E DE 7CM)	260,00	m²	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
DIVISÓRIA DE VIDRO 3,20 X 1,00 COM PERFIL DE ALUMÍNIO TIPO "U" E SILICONE PARA ACABAMENTO	3,00	UNID	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
RODAPÉ	225,00	MT	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
SILICONE BASE D'AGUA BRANCO 430 GR		UND	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
EMASSAMENTO E PINTURA COM TINTA ACETINADA	520,00	m²	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PORTAS DE VIDRO COM MAÇANETA, FECHADURA, PORTAL, ALISAR	4,00	UND	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PORTAS NA COR BRANCA COM MAÇANETA, FECHADURA, PORTAL, ALISAR	6,00	UND	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
OUTROS - AQUI O LICITANTE PODE LANÇAR OUTROS CUSTOS		UND	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
SUBTOTAL - ITEM 1						R\$ -
B.D.I.						R\$ -
IMPOSTOS						R\$ -
VALOR TOTAL DO ITEM 1						R\$ -
ITEM 2						
	QUANTIDADE (A)	UND.	PREÇO UNIT. MATERIAL (B)	PREÇO UNIT. MÃO-DE-OBRA (C)	PREÇO PARCIAL D = (B + C)	PREÇO TOTAL (A * D)
ADMINISTRAÇÃO DA OBRA						R\$ -
RESPONSÁVEL TECNICO DA OBRA ( ENGENHFEIRO)		MÊS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TAXA DO CREA	UND		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
MESTRE/ENCARREGDO GERAL		MÊS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TRANPORTE OPERACIONAL/FRETE S E LOGÍSTICA	UND		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -



ALUGUEL DE FERRAMENTAS		UND	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
EPI(EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL)	UND		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
OUTROS - AQUI O LICITANTE PODE LANÇAR OUTROS CUSTOS		UND	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
INSTALAÇÕES						R\$ -
REVISÃO ELÉTRICA GERAL E ADEQUAÇÃO CONFORME PROJETO	1,00	UND	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
INSTALAÇÃO DE PONTOS DE CABO DE REDE (CAT6) ESTRUTURADO E CERTIFICADO, COM RACK FORNECIDO PELO CONTRATANTE	110,00	UND	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
REVISÃO E ADEQUAÇÃO DOS PONTOS INICIAIS DE INSUFLAMENTO	1,00	UNID	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
ADEQUAÇÃO DE PONTOS DE DETECÇÃO DE INCÊNDIO	1,00	UND	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
OUTROS - AQUI O LICITANTE PODE LANÇAR OUTROS CUSTOS		UND	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
SUBTOTAL - ITEM 2						R\$ -
B.D.I.						R\$ -
IMPOSTOS						R\$ -
VALOR TOTAL DO ITEM 2						R\$ -

Planilha de Custos

Resumo

Itens	Descrição	Valor
1	Reforma e execução da obra	R\$
2	Adequação de um Centro de Processamento de Dados (CPD), rede elétrica e lógica	R\$
Valor Global		R\$

No valor proposto está incluso todos e quaisquer encargos e outros custos inerentes ao fornecimento do objeto do Edital de Credenciamento, tais como: garantias, tributos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, remunerações, materiais e equipamentos para a execução dos serviços e outros que incidam direta e indiretamente sobre o integral e perfeito cumprimento da proposta comercial apresentada.

**PRAZO DE VALIDADE DESTA PROPOSTA COMERCIAL:** 60 (sessenta) dias contados da data de sua apresentação.

(Local e Data)  
(Assinatura do Representante Legal)





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.abgf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.abgf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0023864** e o código CRC **FDCA78C6**.

Setor Comercial Norte Quadra 02, Bloco A, nº 190, 10º andar, sala 1002 – Edifício Corporate Financial Center  
CEP 70712-900 - Brasília/DF

Telefone: (61) 3246-6200 - [www.abgf.gov.br](http://www.abgf.gov.br) - [seger@abgf.gov.br](mailto:seger@abgf.gov.br)

**Referência:** Processo nº 17909.000065/2026-71

SEI nº 0023864